



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 06|junho 2012



**Gabinete de Estratégia e Estudos**  
Ministério da Economia e do Emprego

## **GPEARI**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** junho de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de junho.

### Editores:

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Índice

<hr/>	
<b>Conjuntura</b>	<b>5</b>
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>33</b>
<hr/>	
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>41</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* Em abril de 2012, a produção industrial mundial manteve o crescimento de 4,6% em termos homólogos; mas, enquanto se assistiu a uma melhoria da produção das economias avançadas devido ao desempenho positivo dos EUA e do Reino Unido; verificou-se uma desaceleração dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos, apesar de continuar robusto. Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, este acelerou devido sobretudo ao reforço do crescimento das importações mundiais, nomeadamente das economias emergentes; já que a ligeira melhoria das importações das economias avançadas foi unicamente causada pelos EUA. Quanto às exportações mundiais, estas melhoraram ligeiramente influenciadas pelo reforço do crescimento dos países emergentes, essencialmente asiáticos; enquanto as das economias avançadas recuaram, com exceção do Japão.
- \* A persistência de um clima de aumento da incerteza provocado pelas tensões existentes ao nível dos mercados de dívida soberana na área do euro e o agravamento da crise do setor bancário em Espanha (com a ocorrência do pedido de resgate destinado à recapitalização dos bancos) foram os principais fatores que contribuíram para a evolução desfavorável dos índices bolsistas internacionais, especialmente europeus, e para a forte depreciação do euro face ao dólar nos últimos três meses até ao início do mês de junho.
- \* No 1.º trimestre de 2012, o PIB da OCDE aumentou 1,6% em termos homólogos reais (1,4% no 4.º trimestre de 2011) influenciado pelo reforço do crescimento dos EUA e pela recuperação significativa do Japão (associado, em parte, ao esforço de reconstrução na sequência do terremoto de há um ano). Pelo contrário, assistiu-se a um abrandamento da generalidade dos países europeus e a um crescimento menos robusto dos países emergentes. A taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE diminuiu para 2,5% em abril (2,7% em março), devido, em parte, à desaceleração dos preços de energia e a taxa de desemprego manteve-se em 7,9%.
- \* Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2012 indiciam a continuação de uma expansão económica moderada, caracterizada por uma estabilização do mercado de habitação e por uma evolução relativamente favorável do mercado de trabalho. Com efeito, no conjunto dos meses de abril e maio, a produção industrial reforçou-se; as vendas a retalho mantiveram um forte crescimento; a taxa de desemprego desceu para 8,2% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 2%.
- \* No 1.º trimestre de 2012, tanto o PIB da União Europeia (UE) como da área do euro (AE) desaceleraram em termos homólogos reais, tendo registado uma variação de 0,1% e -0,1%, respetivamente (0,8% e 0,7%, no 4.º trimestre de 2011) em resultado da diminuição do investimento e do consumo privado e, do menor crescimento das exportações. No 2.º trimestre de 2012, assistiu-se a um enfraquecimento económico da AE, refletindo o efeito adverso da crise da dívida soberana sobre a confiança dos consumidores e empresas; condições de crédito desfavoráveis e uma maior restritividade das políticas orçamentais em alguns países. No conjunto dos meses de abril e maio de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na UE como na AE em resultado da descida da generalidade dos indicadores de confiança, tendo esta sido mais acentuada para os empresários. Em abril de 2012, a taxa de desemprego subiu para a UE para 10,3% e manteve-se em 11% para a AE. A taxa de inflação homóloga da AE diminuiu para 2,4% em maio de 2012 (2,6% em abril de 2012).
- \* Em junho de 2012 e, até ao dia 22, as taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na área do euro; enquanto estabilizaram nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,66% (0,68%, em maio) e a dos EUA manteve-se em 0,47%.

- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a descer em junho, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 22, registado o valor de 97USD/bbl (77€/bbl).

## Conjuntura Nacional

- \* As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2012 apontam para uma quebra real de 2,2% do PIB, uma melhoria de 0,7 p.p. face ao trimestre anterior. Em cadeia, o PIB registou uma quebra marginal de 0,1%, movimento sustentado por um contributo menos negativo da procura interna.
- \* Em maio de 2012 o indicador de clima económico do INE melhorou ligeiramente face ao 1.º trimestre (+0,2 p.p.).
- \* No mês de maio de 2012 manteve-se a tendência de desaceleração do Índice de Preços do Consumidor (IPC), verificando-se uma variação homóloga de 2,7%, 0,3 p.p. inferior ao mês anterior.
- \* Até maio, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real de 236 municípios na Administração Local, foi de 1445,9 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 1240,3 milhões de euros, correspondendo a um agravamento de 1086,0 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu o agravamento do défice do Estado, o qual aumentou em 697,3 milhões de euros, a diminuição do excedente da Segurança Social, em 428,0 milhões de euros, e a passagem de excedente a défice na Administração Regional com um impacto negativo de 42,6 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), excluindo as EPR, registaram um excedente de 1163,1 milhões de euros, mais 81,9 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior. O défice das EPR foi de 460,5 milhões de euros, mais 301,3 milhões de euros do que o registado em abril de 2012.
- \* A Administração Local, tendo em conta um universo comparável de 236 municípios, registou, neste período, um saldo provisório da execução orçamental de 252,6 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 223,3 milhões de euros relativamente ao mês anterior.
- \* Até maio, a execução financeira consolidada<sup>1</sup> provisória do SNS aponta para um défice de 167,4 milhões de euros, o que constitui um agravamento de 130,5 milhões de euros face ao registado no período homólogo.

## Comércio Internacional

- \* Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados<sup>2</sup> apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 9,7% nos primeiros quatro meses do ano relativamente a igual período do ano passado. Neste mesmo período, as importações decresceram 5,2%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 39,5%, correspondendo a 2337 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 80,7%, mais 10,9 p.p. que em igual período de 2011.
- \* Nos primeiros quatro meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, foi inferior ao crescimento das exportações totais (7,2%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (11,1%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 77,1%.

<sup>1</sup> Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

<sup>2</sup> Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de abril de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar e, tratando-se de um curto período do ano, a sua análise merece alguma prudência. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

- \* No *último ano a terminar em abril de 2012*, as exportações de mercadorias cresceram 12,7% em termos homólogos, sendo que todos os grupos contribuíram positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,7 p.p.) e do “Material de Transporte” (+2,3 p.p.). Nos primeiros quatro meses de 2012, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,9 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,8 p.p.).
- \* De janeiro a abril de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 4,3% e contribuíram em 3,3 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram uma variação homóloga positiva de 3,9% e as exportações para os países do Alargamento 16%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,8 p.p. e 0,5 p.p. Apesar de perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 26,1% para 22,7% no período de janeiro a abril de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para a Alemanha (+1,1 p.p.) e para França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. As exportações de mercadorias para a França cresceram, em termos homólogos, 5,5%, e as exportações para o Reino Unido 11,4%.
- \* Nos primeiros quatro meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 26,8%, relativamente a igual período em 2011, passando a representar 27,6% do total das exportações nacionais (+3,7 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+200,7%), Estados Unidos da América (+43,9%) e Marrocos (39,4%).
- \* De janeiro a abril de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 10,7% face a igual período de 2011. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (9,6 p.p.).
- \* De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **março** de 2012, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo de 8,4% no primeiro trimestre de 2012, relativamente a igual período de 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (11,2% e 1,1%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+8,1 p.p.).

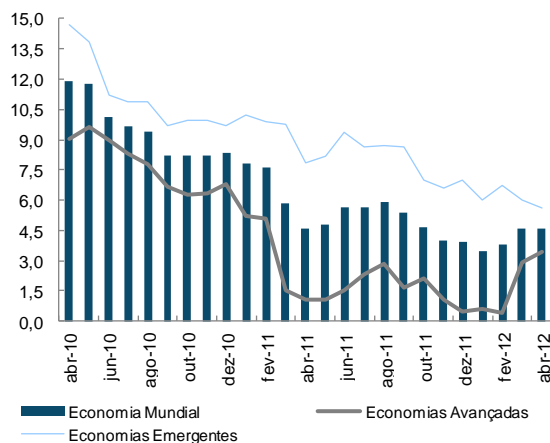


## 1. Enquadramento Internacional

### Atividade Económica Mundial

Em abril de 2012, a produção industrial mundial manteve o crescimento de 4,6% em termos homólogos. Mas, enquanto se assistiu a uma melhoria da produção das economias avançadas devido ao desempenho positivo dos EUA e do Reino Unido; verificou-se um abrandamento dos países emergentes, com destaque para os asiáticos, apesar de continuar robusto.

**Figura 1.1. Produção Industrial**  
(VH, em %)



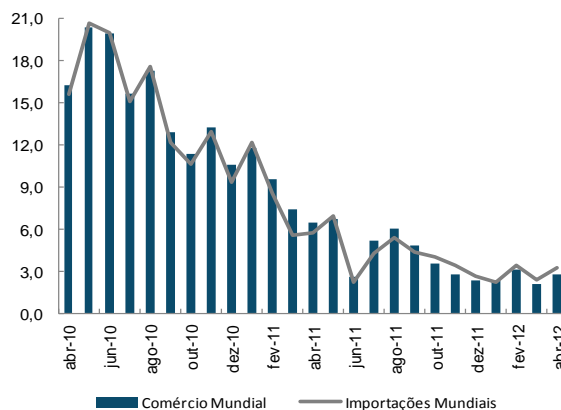
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias acelerou abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais; embora a respetiva aceleração tenha sido mais acentuada para o primeiro caso.

De facto, em abril de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 2,8% (2,1% em março);
- as importações e exportações mundiais aceleraram para 3,3% e 2,3%, respetivamente (2,4% e 1,8%, em março de 2011).

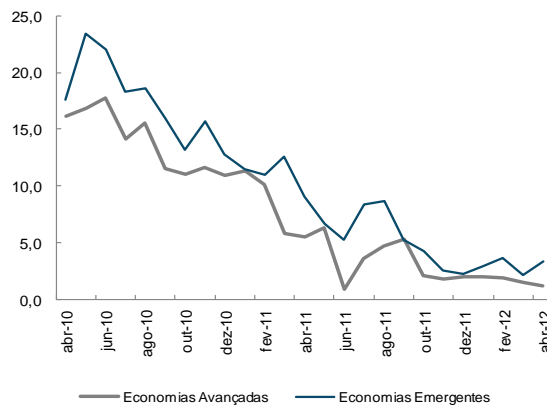
**Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As importações mundiais aceleraram devido sobretudo ao crescimento mais elevado dos países emergentes, especialmente asiáticos. A ligeira melhoria das importações das economias avançadas foi causada unicamente pelo reforço do crescimento dos EUA, já que as do Japão abrandaram (apesar de terem mantido um forte crescimento) e as da área do euro deterioraram-se, permanecendo com variações negativas, em linha com a fraqueza da procura interna. As exportações mundiais de mercadorias também aceleraram devido à melhoria dos países emergentes; enquanto as das economias avançadas recuaram, com exceção do Japão.

**Figura 1.3. Exportações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

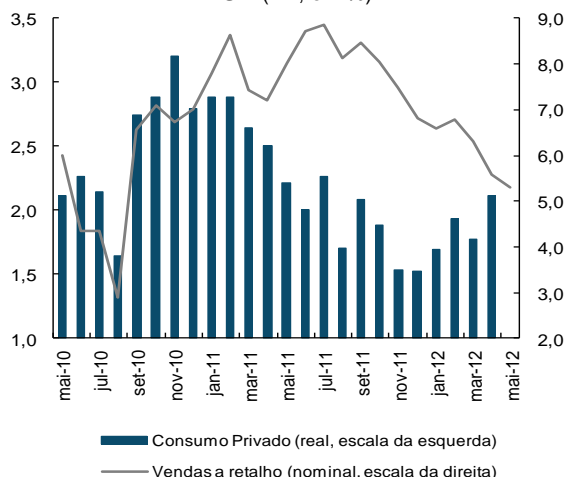
**Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,5	7,1	5,0	5,6	4,2	3,9	3,5	3,8	4,6	4,6
Economias Avançadas	VH	CPB	2,1	3,9	1,2	2,3	1,2	1,3	0,6	0,4	2,9	3,4
Economias Emergentes	VH	CPB	8,5	10,0	8,5	8,7	6,9	6,2	6,0	6,7	6,0	5,6
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,7	9,5	5,2	5,3	2,9	2,5	2,4	3,1	2,1	2,8
Importações Mundiais	VH	CPB	5,4	8,7	4,9	4,7	3,4	2,7	2,3	3,4	2,4	3,3
Economias Avançadas	VH	CPB	3,3	7,5	2,5	2,4	0,9	0,8	0,4	1,3	0,8	1,0
Economias Emergentes	VH	CPB	7,7	10,0	7,6	7,2	6,1	4,7	4,2	5,7	4,1	5,7
Exportações Mundiais	VH	CPB	6,0	10,4	5,6	6,0	2,5	2,4	2,4	2,8	1,8	2,3
Economias Avançadas	VH	CPB	4,9	9,0	4,2	4,6	1,9	1,8	2,0	1,9	1,5	1,2
Economias Emergentes	VH	CPB	7,2	11,7	7,0	7,4	3,0	2,9	2,9	3,6	2,2	3,3

### Atividade Económica Extra-UE

Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2012 indiciam a continuação de uma expansão económica moderada, caracterizada por uma estabilização do mercado de habitação e por uma evolução relativamente favorável do mercado de trabalho apesar do recente abrandamento do ritmo de criação de emprego.

**Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**



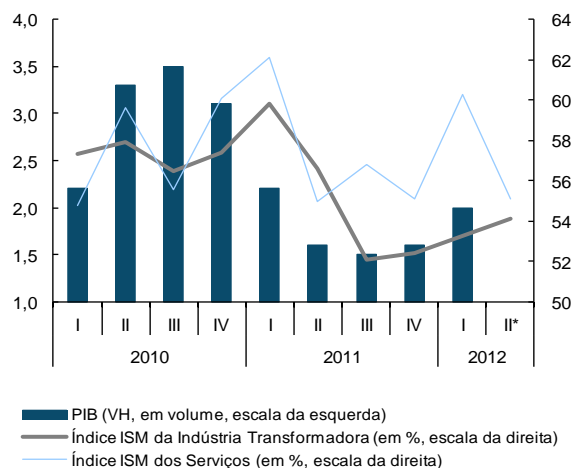
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com efeito, no conjunto dos meses de abril e maio e, em termos homólogos:

- a produção industrial reforçou-se para 4,8% (4,1% no 1.º trimestre de 2012) e o indicador de confiança dos empresários da indústria evoluiu favoravelmente;
- as vendas a retalho aumentaram 5,4% em termos nominais (6,6% no 1.º trimestre de 2012) e o indicador de confiança dos consumidores teve uma subida significativa;
- a taxa de desemprego desceu para 8,2% e a taxa de inflação diminuiu para 2,0% (2,8% no 1.º trimestre de 2012).

Em abril de 2012 e em comparação homóloga, o consumo privado melhorou para 2,1% em termos reais (1,8% em março) e as exportações desaceleraram para 4,1% em termos nominais (5,9% em março).

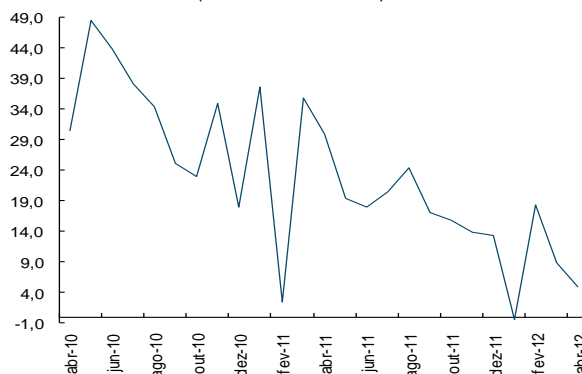
**Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. \*Média de abril e maio.

Os indicadores disponíveis para a **China**, sugerem um abrandamento da atividade económica afetando tanto a procura interna como as exportações. De facto, no conjunto dos meses de abril e maio de 2012 e, em termos homólogos, a produção industrial desacelerou para 9,5% (11,6% no 1.º trimestre); as vendas a retalho aumentaram 14% (14,8% no 1.º trimestre) e as exportações abrandaram para 4,9% em abril (8,9% em março). A taxa de inflação homóloga diminuiu para 3,2% no conjunto dos meses de abril e maio (3,8% no 1.º trimestre).

**Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística da China.

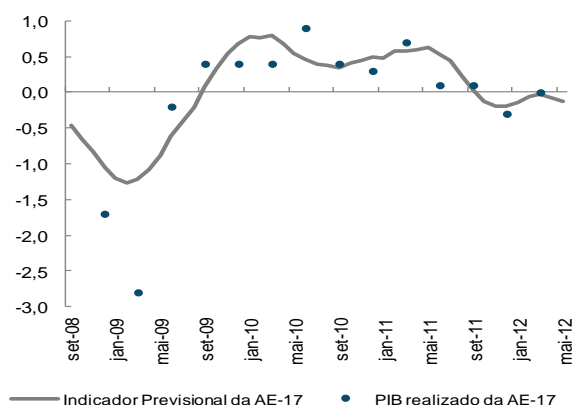
**Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T		1T	fev	mar	abr
EUA – PIB real	VH	BEA	1,7	2,2	1,6	1,5	1,6	2,0	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,2	5,4	3,8	3,7	3,9	4,1	4,9	3,5	5,1	4,6
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	59,8	56,6	52,1	52,4	53,3	52,4	53,4	54,8	53,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	62,1	55,0	56,8	55,1	60,3	62,6	58,9	54,6	55,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	73,1	71,9	59,6	65,0	75,5	75,3	76,2	76,4	79,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,0	9,0	9,1	8,7	8,3	8,3	8,2	8,1	8,2
China – PIB real	VH	NBSC	9,2	9,7	9,5	9,1	8,9	8,1	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	25,3	22,4	20,7	14,4	8,9	18,4	8,9	4,9	:
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	-0,1	-1,7	-0,6	-0,5	2,7	-	-	-	-

## Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de abril e maio de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da descida da generalidade dos indicadores de confiança, tendo sido mais pronunciada para os empresários. Consoante o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB em cadeia da AE deteriorou-se em maio, devendo apresentar uma variação negativa no 2.º trimestre de 2012 (variação nula no 1.º trimestre).

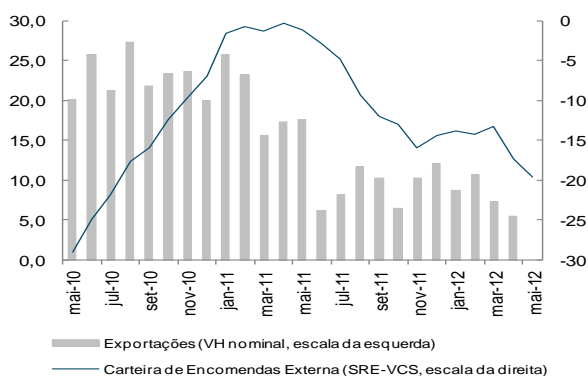
**Figura 1.7. Indicador Mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)**



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em abril de 2012, indicam um enfraquecimento da atividade económica, com destaque para a continuação da quebra da produção industrial, das vendas a retalho e, para um abrandamento do crescimento das exportações.

**Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

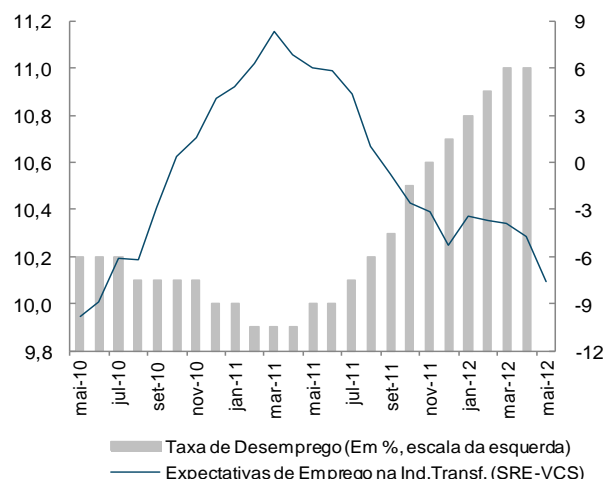
**Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	2,5	1,7	1,4	0,8	0,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	106,4	104,6	97,5	92,6	93,3	94,0	93,2	93,2	90,5
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	2,4	1,6	1,3	0,7	-0,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	106,9	105,2	98,4	93,6	94,1	94,5	94,5	92,9	90,6
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,6	6,8	3,9	3,9	-0,1	-1,5	-1,5	-1,6	-2,1	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,6	0,2	-0,4	-0,6	-1,4	-1,2	-1,9	-0,4	-2,4	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	9,9	10,0	10,2	10,6	10,9	10,9	11,0	11,0	:
IHPC	VH	"	2,7	2,5	2,8	2,7	2,9	2,7	2,7	2,7	2,6	2,4

Em abril de 2012, a taxa de desemprego subiu na UE para 10,3% (10,2% em março) e manteve-se em 11% na AE.

Em maio de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para todos os setores (indústria transformadora, serviços, construção e comércio a retalho).

**Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em maio de 2012, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 2,4% em termos homólogos (2,6% em abril) e manteve-se em 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses. Esta evolução resultou sobretudo da desaceleração dos preços dos bens energéticos, cuja variação se situou em 7,3% em termos homólogos (8,1% em abril).

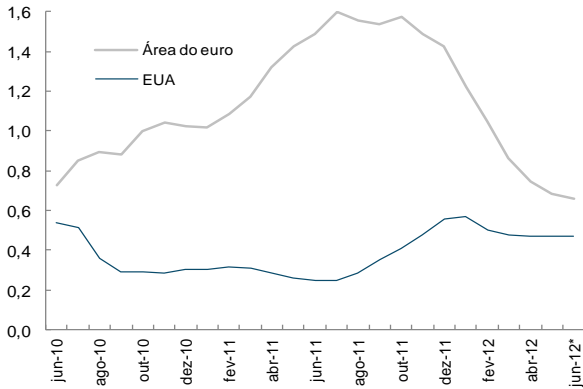
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram no 1.º trimestre de 2012 para 2% em termos homólogos nominais (2,8% no 4.º trimestre de 2011), com destaque para o abrandamento em França e Itália.

No 1.º trimestre de 2012, o emprego total da economia diminuiu 0,5% em termos homólogos na AE, comparado com uma redução de 0,2% no 4.º trimestre de 2011, acompanhado de um abrandamento da produtividade, a qual aumentou 0,5 p.p. (0,9 p.p. no 4.º trimestre de 2011).

**Mercados Financeiros e Matérias-Primas**

Em junho de 2012 e até ao dia 22, as taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na área do euro; enquanto estabilizaram nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,66% (0,68%, em maio) e a dos EUA manteve-se em 0,47%.

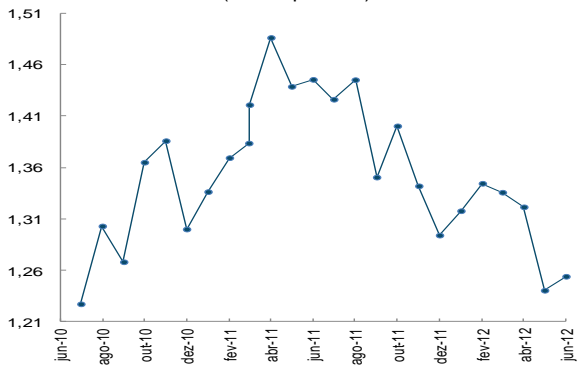
**Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)**



Fontes: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 22.

Em maio de 2012, a evolução das taxas de juro de longo prazo na área do euro e nos EUA, refletiu, o aumento das preocupações relacionadas com as perspetivas económicas nas economias avançadas no curto prazo, o aumento da incerteza provocado pelas tensões existentes ao nível dos mercados de dívida soberana em alguns países da área do euro e o agravamento da crise do setor bancário em Espanha.

**Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)**

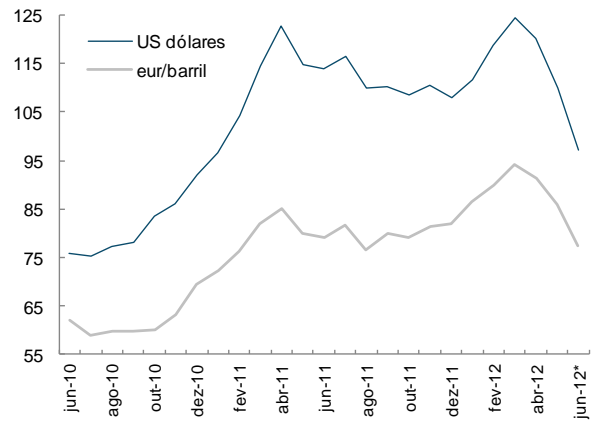


Fonte: Banco de Portugal. Para junho, o valor é do dia 22.

Após uma depreciação significativa da taxa de câmbio do euro face ao dólar entre março e o início de junho, tendo atingido no dia 1 (1,23) o valor mais baixo desde finais de junho de 2010, o euro tem vindo a recuperar ligeiramente, para se situar em 1,25 no dia 22 (+1,1% face ao final de maio). Assim, esta recente apreciação deverá estar associada à expectativa de uma maior estabilidade política na Grécia e à possível contribuição do Conselho Europeu deste mês para a resolução do problema da dívida soberana na área do euro.

Em maio de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 86,3 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em junho de 2012, e até dia 22, o preço do petróleo Brent desceu para se situar, em média, em 97 USD/bbl (77 €/bbl), devido, sobretudo, à maior incerteza quanto às perspetivas de crescimento económico a nível mundial.

**Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)**



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 22.

No conjunto dos meses de abril e maio de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas tornou a desacelerar, tendo diminuído 14,8% em termos homólogos (-13,8% no 1.º trimestre), abrangendo a globalidade dos produtos, tendo esta descida sido mais pronunciada para o caso dos metais.

**Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,23	1,55	1,55	1,36	0,78	0,98	0,78	0,71	0,67
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	3,46	3,21	2,43	2,05	2,04	1,97	2,17	2,05	1,80
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,32	4,51	4,30	4,53	4,39	4,45	4,06	4,24	4,28
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,421	1,445	1,350	1,294	1,336	1,34	1,34	1,32	1,24
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	6,4	0,8	-12,1	12,0	8,1	2,5	2,0	0,0	-6,2
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	4,2	-2,1	-23,5	6,3	6,9	3,9	-1,4	-6,9	-8,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	105,15	117,04	112,18	108,94	118,21	118,74	124,38	120,26	109,98
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	36,2	47,2	45,9	24,9	12,4	13,9	8,6	-2,0	-4,1
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	37,7	30,2	33,4	25,8	17,3	17,56	15,16	7,60	7,62
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,7	74,1	82,9	78,3	81,2	87,7	88,1	92,5	93,5	86,3

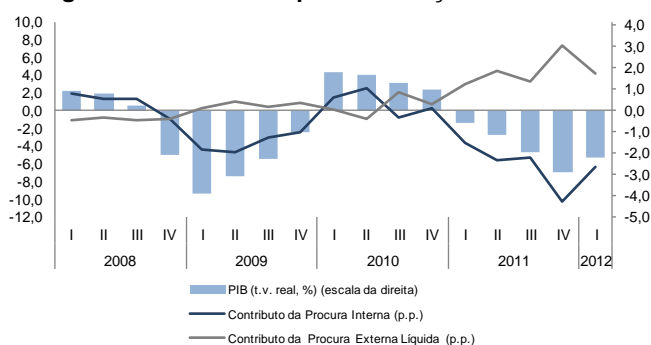
\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

## 2. Conjuntura Nacional

### Atividade Económica e Oferta

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2012 o PIB registou uma variação homóloga de -2,2% (-2,9% no 4.º trimestre de 2011), movimento sustentado por um contributo menos negativo da procura interna (-6,4 p.p. face a -10,3 p.p. no 4.º trimestre) e que se deveu essencialmente a variações homólogas menos negativas no investimento e no consumo privado. A procura externa líquida continua a apresentar um contributo positivo, tendo passado de 7,4 p.p. no trimestre anterior para 4,2 p.p., devido a uma quebra menos acentuada nas importações (-4% contra -11,2% no trimestre precedente) sendo que as exportações aceleraram 1,3 p.p. face ao 4.º trimestre, tendo registado uma variação homóloga de 7,9%.

Figura 2.1. Contributo para a Variação real do PIB



Fonte: INE.

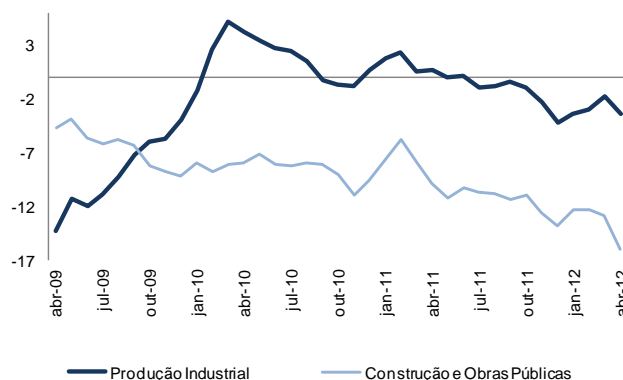
Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de abril mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 5,6%, e o índice de volume de negócios desceu 7,6% (-1,7% e 0,5% respetivamente no 1.º trimestre);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -16%, -3,1 p.p. face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -12,6%, que representa uma quebra de 3,5 p.p. face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou em abril uma variação homóloga de -5,7%, inferior em 0,9 p.p. face ao valor observado no último trimestre.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012	2012			
				2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,6	-1,1	-2,0	-2,9	-2,2	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-2,5	-3,1	-4,4	-4,8	-4,9	-4,8	-4,7	-4,6
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-14,8	-13,5	-22,0	-22,9	-22,7	-21,2	-19,1	-21,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,7	-15,9	-19,0	-23,0	-20,3	-20,8	-18,3	-18,5	-21,4
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-13,5	-23,0	-28,9	-29,7	-29,0	-30,1	-28,6	-26,5
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-54,4	-59,6	-65,1	-69,0	-69,4	-69,3	-69,9	-72,7
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	0,5	0,2	-0,4	-4,2	-1,7	-2,6	-2,0	-5,6	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	7,4	8,1	4,7	0,0	0,5	1,5	-1,5	-7,6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,5	-5,7	-6,2	-12,3	-9,1	-7,9	-12,1	-12,6	:

Figura 2.2. Índice de Produção (VH, MM3)

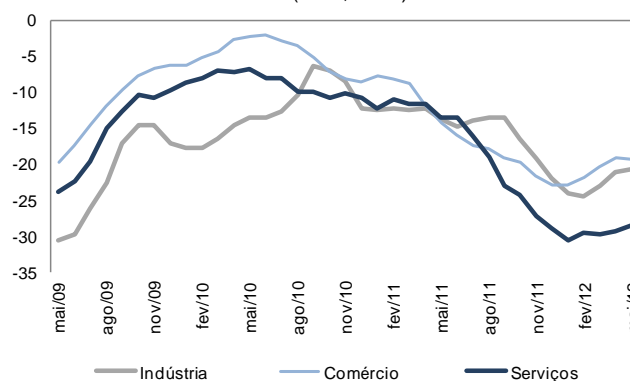


Fonte: INE.

Em maio registou-se uma ligeira melhoria nos indicadores de confiança da indústria transformadora e dos serviços, enquanto se observou uma deterioração deste indicador no comércio e na construção e obras públicas.

O indicador de clima económico continuou a sua ligeira recuperação iniciada em março, confirmando assim a inversão da tendência negativa que se vinha verificando desde outubro de 2010.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)

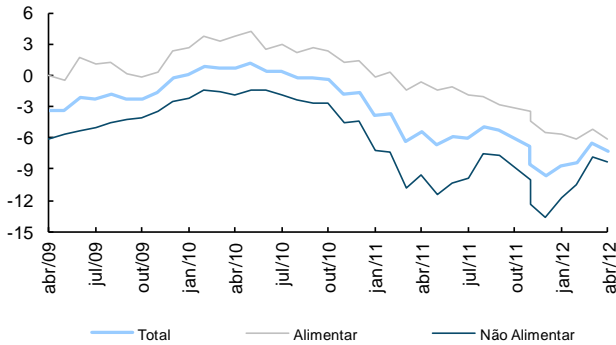


Fonte: INE.

**Consumo Privado**

O IVNCR do mês de abril medido pela média móvel dos últimos três meses registou uma variação homóloga negativa de 7,2% (face aos -6,5% observados no 1.º trimestre). Para esta evolução contribuíram os bens não alimentares, com uma quebra de 8,3% (-0,5 p.p. que o valor verificado no mês anterior), e os bens alimentares com uma variação de -6,1% (menos 1 p.p. que o mês anterior).

**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho**  
(MM3, VH)

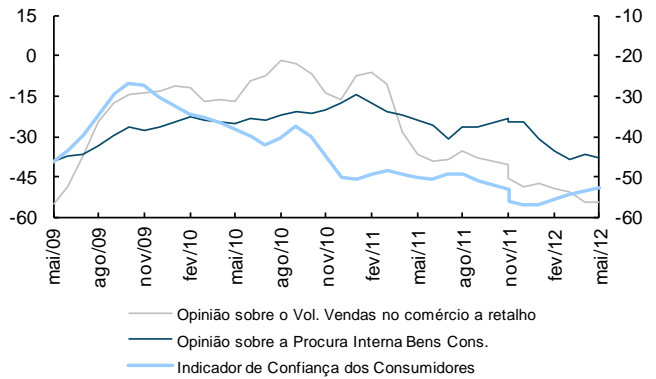


Fonte: INE.

Relativamente ao índice de confiança dos empresários no comércio a retalho e comportamento da procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria, os meses de abril e maio apresentaram uma ligeira deterioração do sentimento dos empresários face ao verificado no 1.º trimestre.

O indicador de confiança dos consumidores aumentou entre abril e maio invertendo o movimento descendente observado no final de 2011. A melhoria verificada neste indicador resultou do contributo positivo de todas as componentes, com exceção das expectativas de evolução da poupança, destacando-se as perspetivas sobre a evolução da situação económica do país.

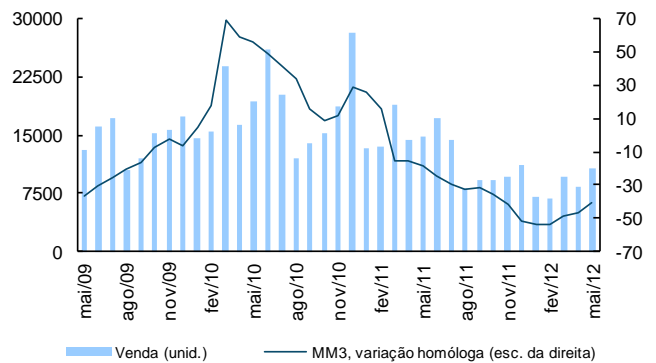
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores**  
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Quanto às vendas de veículos automóveis, no mês de maio verificou-se um total de 10,6 mil vendas de veículos, mais 2 268 unidades que o mês anterior. Em termos homólogos, as vendas de veículos registaram uma quebra de 27,5% (uma melhoria de 14,2 p.p. face ao mês anterior).

**Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**



Fonte: ACAP.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

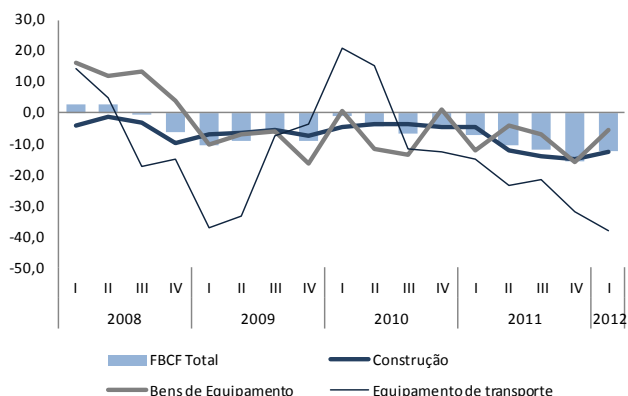
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-4,0	-2,4	-3,4	-3,5	-6,6	-5,6	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-48	-51	-51	-57	-54	-54	-53	-53	-52
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-11	-39	-38	-49	-51	-55	-57	-51	-55
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-6,3	-5,8	-5,3	-9,7	-6,5	-8,0	-4,5	-9,0	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-1,4	-1,0	-2,8	-5,5	-5,1	-7,3	-3,2	-7,8	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-10,7	-10,3	-7,6	-13,7	-7,9	-8,8	-5,8	-10,3	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-15,2	-24,7	-31,5	-51,7	-48,4	-48,4	-49,1	-41,7	-27,5
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	2,6	-2,7	-0,8	-6,5	-5,8	-4,4	-10,6	-6,5	-

\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

## Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 1.º trimestre de 2012 a FBCF registou uma quebra de 12,2% (melhorou 3,5 p.p. face ao trimestre anterior). A componente de investimento em outras máquinas e equipamento foi a que mais contribuiu para esta evolução menos negativa (registou uma variação homóloga de -5,7% que compara com -15,7% no 4.º trimestre de 2011). Também o investimento em construção melhorou (+2,5 p.p. face ao trimestre anterior). O investimento em equipamento de transporte continua em queda acentuada desde a segunda metade de 2010, estabelecendo um novo mínimo da série com -38,1% neste trimestre (-6,4 p.p. face ao trimestre anterior).

**Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo**  
(VH, ano de referência 2006)

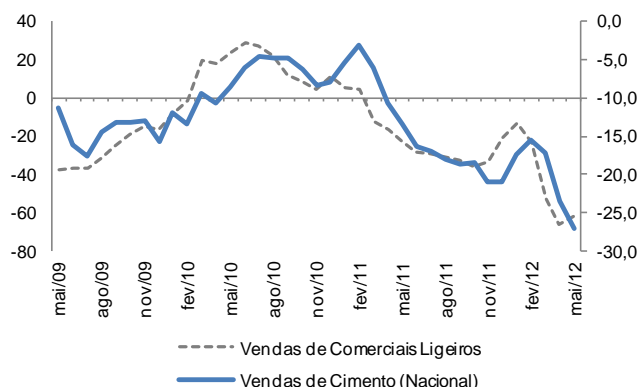


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o trimestre terminado em maio de 2012 mostram que:

- as vendas de cimento desceram 30,1% (-13,0 p.p. comparando com os valores verificados no 1.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 56,1% (-3,6 p.p. comparando com o 1.º trimestre);
- o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso diminuiu.

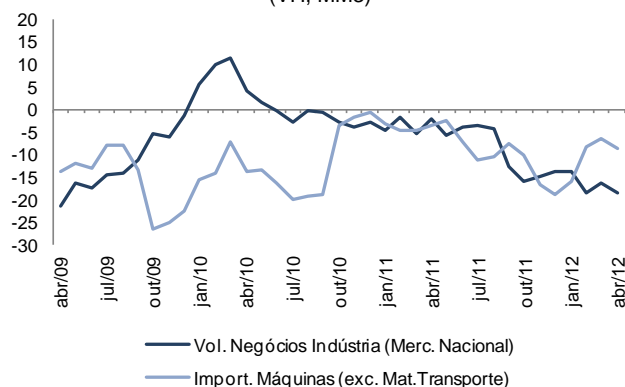
**Figura 2.8. Vendas Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em abril, em termos homólogos, as licenças de construção de fogos desceram 41% (-9,7 p.p. face ao valor do 1.º trimestre). O índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional agravou-se 5,2 p.p.. As importações de bens de capital, exceto material de transporte desceram 13,1% (-6,6 p.p. face ao 1.º trimestre).

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

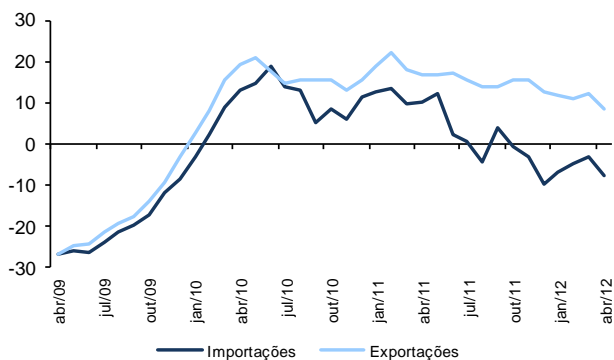
### Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012	2012			
				2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,9	-12,3	-13,5	-23,8	-12,8	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,3	-10,5	-12,1	-15,7	-12,2	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-10,4	-12,2	-14,6	-14,1	-13,2	-14,1	-16,9	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-16,3	-18,6	-21,1	-17,1	-19,4	-22,5	-29,0	-30,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-28,1	-32,7	-20,9	-52,5	-69,4	-66,0	-63,3	-56,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-0,5	-4,10	-48,4	-44,8	-62,0	-48,6	-69,9	-33,5
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-43,6	-45,9	-56,6	-47,2	-47,9	-44,8	-47,1	-51,2
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-30,7	-38,5	-30,2	-30,0	-31,3	-35,1	-33,9	-41,0	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,5	-7,1	-7,3	-18,9	-6,5	4,2	-14,2	-13,1	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,0	-3,8	-12,4	-13,5	-16,4	-21,4	-13,1	-21,7	:

## Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 1.º trimestre de 2012 assistiu-se a um crescimento real das exportações de 7,9% e a uma quebra das importações de 4% (6,6% e -12,8% respetivamente no trimestre precedente).

**Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional**  
(VH, MM3, %)



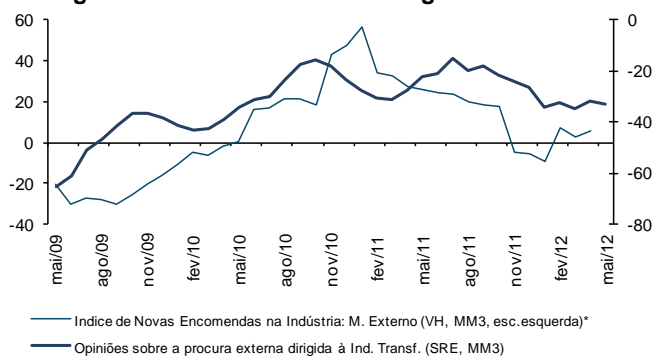
Fonte: INE.

No trimestre terminado em abril, e em termos homólogos:

- as exportações de bens desaceleraram 3,6 p.p. tendo registado um crescimento de 8,4%. A componente extracomunitária aumentou 23,8%, um valor abaixo dos 31,9% registados no 1.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário continuam a abrandar (1,7%, menos 2,5 p.p. face ao 1.º trimestre);
- as importações de bens registaram uma quebra de 7,7% (-3% no 1.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 9,6%, sendo que o mercado extracomunitário diminuiu 1,6% em termos homólogos (-8,6% e 14,3% no 1º trimestre respetivamente);
- as novas encomendas à indústria do mercado externo cresceram 5,8% (-1,1% no 1.º trimestre).

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa deterioraram-se ligeiramente no trimestre terminado em maio.

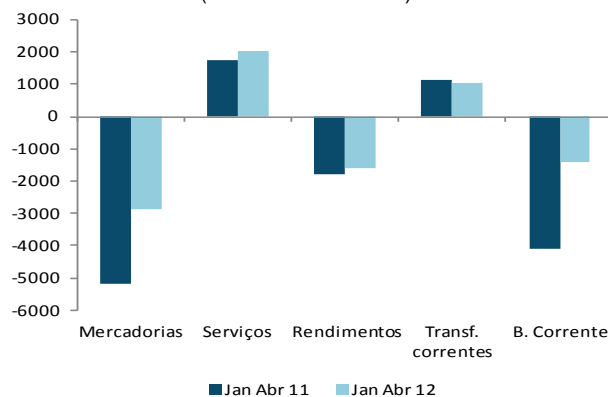
**Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

Até abril de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 1 413 milhões de euros, o que representa uma redução de 2 685 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos (a exceção é a balança de transferência correntes cujo saldo desceu 99 milhões de euros), com destaque para a diminuição de 2 315 milhões de euros no défice da balança de mercadorias, e um aumento de 281 milhões de euros no excedente da balança de serviços. Destaque ainda para uma melhoria no saldo da balança de rendimentos de 188 milhões de euros.

**Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 2 984 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

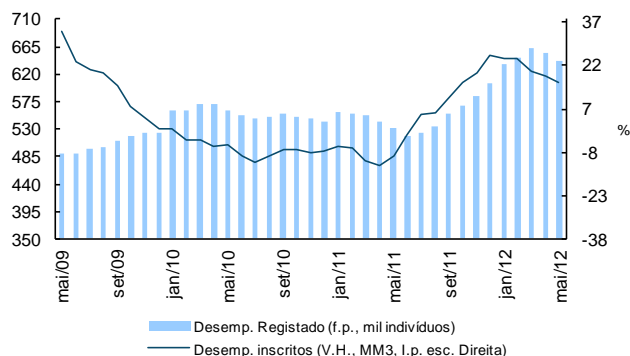
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011				2012				
					1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,6	8,4	8,8	6,7	6,6	7,9	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,3	-1,1	-4,3	-2,8	-12,8	-4,0	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	5,6	4,9	3,8	1,2	1,5	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-5,0	-7,2	-7,8	-5,3	0,3	-2,5	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,3	17,9	17,3	13,7	12,6	12,0	14,0	13,8	9,0	2,8
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	12	9,7	2,4	3,9	-9,7	-3,0	3,3	-1,4	-9,6	-11,4

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012				Var. Acumulada
					Abr	Jan Abr 11	Abr	Jan Abr 12	Jan Abr 12		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-15 008	-19 086	-1049	-3 682	-33	-698	-698	2 984	
Saldo Balança de Bens	"	"	-19 206	-22 985	-1495	-5 168	-655	-2 852	-2 852	2 315	
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 533	6 602	448	1763	502	2 044	2 044	281	
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 035	-7 817	-437	-1812	-391	-1624	-1624	188	
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 603	2 464	338	119	187	1020	1020	-99	

## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IIEFP o número de desempregados registados no final de maio totalizou os 641 mil, o que corresponde a uma redução face ao mês anterior de 2,2%.

**Figura 2.13. Desemprego Registado (%)**

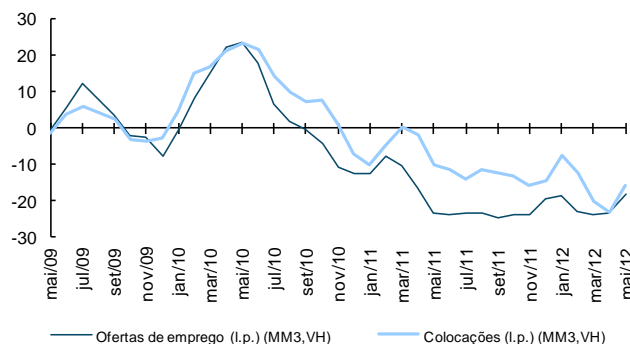


Fonte: INE.

Em maio existem então menos 14,6 mil desempregados do que em abril e menos 20,1 mil que em março. Estes valores vêm inverter a tendência de crescimento do número de desempregados que se tem vindo a assistir desde o início do ano de 2012.

O número de ofertas de emprego sofreu uma redução homóloga de aproximadamente 20% em abril e em maio que compara com a variação de 23,6% do 1º trimestre. Deste modo, o número de ofertas de emprego existentes em maio registou o valor de 8 550 ofertas (mais 1 843 ofertas que o valor médio do primeiros três meses do ano). As colocações registaram em abril tal como as ofertas uma quebra em termos homólogos (aproximadamente 15,5%), que contrasta com a uma variação homóloga de 20,1 p.p. no 1º trimestre.

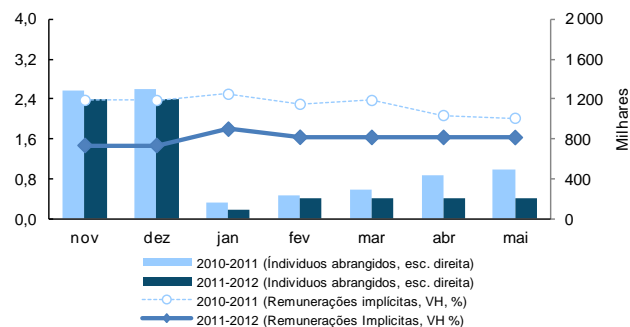
**Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)**



Fonte: IIEFP.

O rácio das colocações sobre as ofertas de emprego se situou este mês no valor de 66,4%, face aos 68% verificados no mês de abril.

**Figura 2.15. Contratação Coletiva**



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) em maio ascendeu aos 207,3 mil trabalhadores (menos 280 mil trabalhadores do que em maio de 2011). Este valor significa aproximadamente mais 4 mil trabalhadores abrangidos do que em abril. Relativamente à remuneração implícita convencionada por IRCT, registou-se em maio uma variação média anual de 1,6%.

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

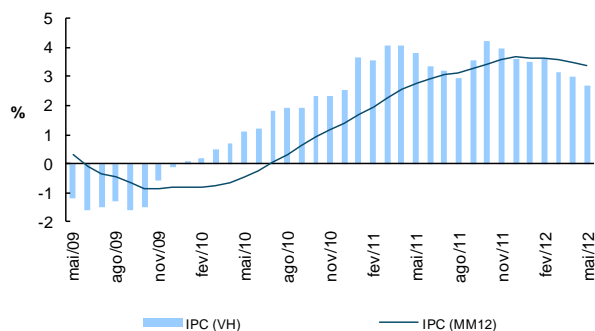
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T		1T	fev	mar	abr
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,4	12,1	12,4	14,0	14,9	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,8	-2,0	-2,2	-4,3	-4,2	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IIEFP	11,7	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	19,8	16,6	19,8	21,0	20,8
Desempregados Inscritos (I.p.)	VH	"	5,3	-11,0	-2,2	10,7	25,3	19,8	19,6	19,9	15,2	12,6
Ofertas de Emprego (I.p.)	VH	"	-20,1	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,6	-35,4	-14,3	-20,0	-20,1
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,4	2,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,3	0,9	-0,8	0,8	-1,7	1,5	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,8	2,5	3,1	2,7	2,8	2,0	-	-	-	-

\*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; I.p. ao longo do período.

## Preços

No mês de maio de 2012 manteve-se a tendência de desaceleração do Índice de Preços do Consumidor (IPC), verificando-se uma variação homóloga de 2,7%, 0,3 p.p. inferior ao mês anterior. Por outro lado, o IPC medido pela média dos últimos 12 meses registou uma variação de 3,4%, 0,1 p.p. abaixo do valor verificado no mês de abril.

**Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC**  
(VH, em %)



Fonte: INE.

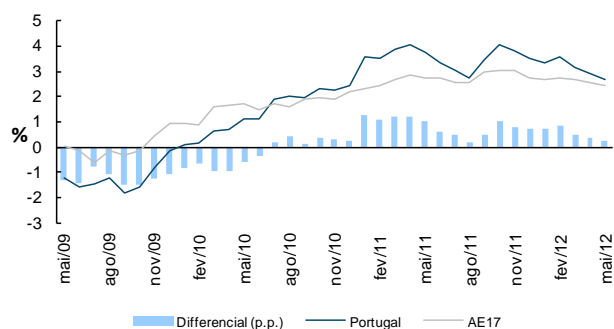
As categorias que tiveram maior impacto positivo no IPC foram as classes da habitação, água e eletricidade, das bebidas alcoólicas e do tabaco, que apresentaram taxas de variação homólogas de 10% e 4,9% respetivamente. De modo inverso, a classe do vestuário teve um impacto negativo registando uma variação homóloga de -5,5%.

Os preços dos bens e dos serviços apresentaram crescimentos homólogos de 2,4% e 3,2%, respetivamente, verificando-se assim um diferencial entre ambos de 0,8 p.p..

No mês de maio a inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) situou-se nos 1,6%, menos 0,1 p.p. que o mês anterior. O diferencial entre o IPC total e o subjacente em maio de 1,1 p.p., face aos 1,3 p.p. verificados no mês de abril.

Em maio, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 2,7%, menos 0,2 p.p. do que o mês de abril. Enquanto a variação homóloga do IHPC da zona euro foi de 2,4%. O diferencial do IHPC entre Portugal e a zona euro manteve-se assim nos 0,3 p.p. este mês.

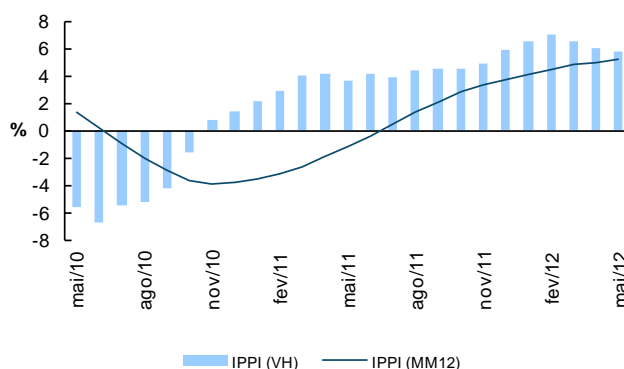
**Figura 2.17. Taxa de variação do IHPC**  
(VH, %)



Fontes: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial continuou este mês com a tendência de desaceleração que tem vindo a apresentar desde o princípio do ano, registando uma variação de 3,2%, 0,4 p.p. inferior ao valor observado no mês anterior.

**Figura 2.18. Taxa de Variação do IHPC**  
(VH, %)



Fonte: Eurostat.

Os bens de consumo não duradouros e a energia, com crescimentos de 1,5% e 8,7%, respetivamente, foram os agrupamentos industriais onde se verificaram os aumentos mais significativos. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 6,1%; e de 10,9% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

### Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,8	1,1	-0,1	0,0	0,5	0,1	1,2	0,3	-0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,6	4,2	3,9	3,6	3,5	3,6	3,1	3,0	2,7
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,3	3,4	3,6	3,7	3,6	3,7	3,6	3,5	3,4
IPC - Bens	VH	"	4,3	4,2	5,4	5,0	4,3	3,9	3,7	3,2	3,0	2,4
IPC - Serviços	"	"	2,5	2,5	2,4	2,2	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2
IPC Subjacente*	"	"	2,3	2,5	3,0	2,1	2,3	2,1	2,2	1,9	1,7	1,6
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	5,5	5,5	5,2	4,4	4,6	4,2	3,7	3,6	3,2
IHPC	"	"	3,5	3,5	4,0	3,8	3,5	3,4	3,6	3,1	2,9	2,7
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	0,5	1,0	0,8	0,7	0,7	0,8	0,5	0,3	0,3

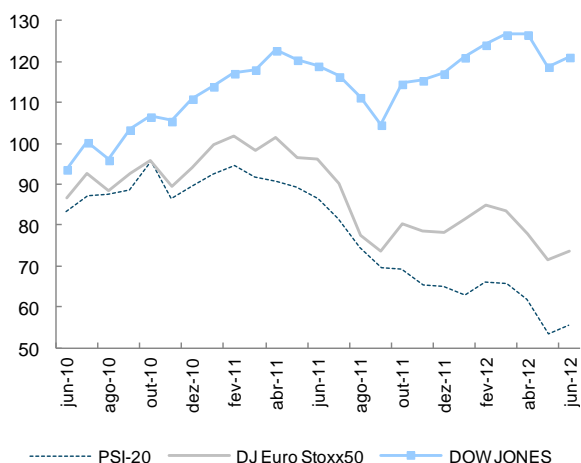
\*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No segundo trimestre de 2012, assistiu-se a uma diminuição significativa dos índices bolsistas internacionais, com destaque, no caso da área do euro, para uma desvalorização mais acentuada dos títulos do setor financeiro. Esta tendência descendente refletiu o enfraquecimento das perspetivas económicas mundiais e o ressurgimento das preocupações financeiras e políticas.

Assim, no dia 22 de junho de 2012, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* diminuíram 12% e 4%, respetivamente, face ao final do mês de março.

**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(dezembro 2009=100, fim do período)

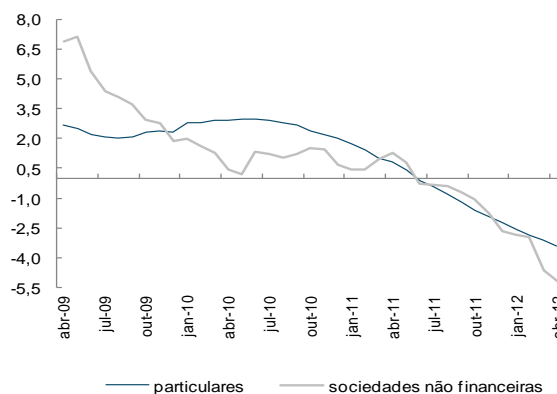


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para junho, o valor é do dia 22.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também apresentou, em junho, uma evolução desfavorável face ao 1º trimestre. De facto, no dia 22, o índice PSI-20 diminuiu 15% face ao final do mês de março.

Em abril de 2012, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -4,2% (-3,7% em março), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias, tendo, porém, sido mais acentuada para o primeiro caso.

**Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado**  
(va, em %)

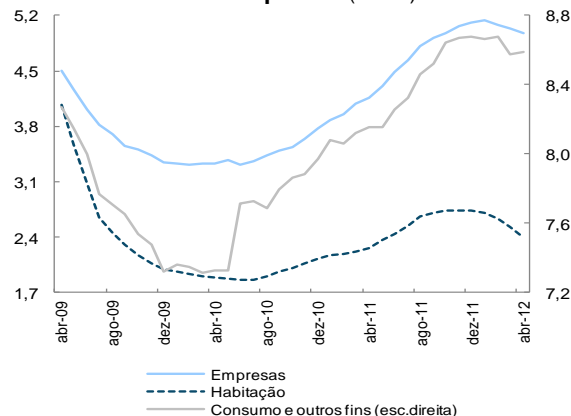


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, tendo, no entanto, esta tendência sido mais pronunciada para o crédito ao consumo, o qual apresentou uma variação negativa de 8,2% em abril (-7,4% em março).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 2,39% em abril (2,53% em março de 2012).

**Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)**



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

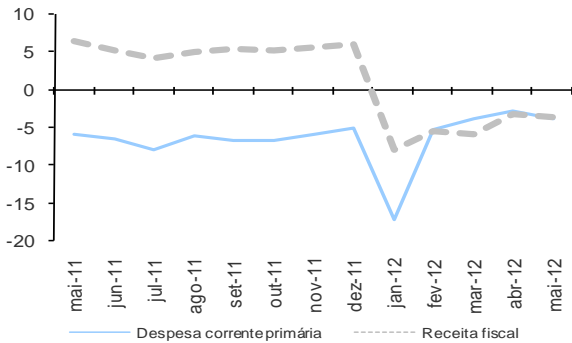
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	10,8	11,5	13,5	12,9	14,3	13,3	11,3	10,4	11,8
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	895	952	1120	1111	1251	1154	955	874	1041
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-6,8	-0,4	-5,7	-0,8	-3,1	4,8	-0,5	-5,7	-13,8
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-0,7	-1,0	-1,3	-1,6	-1,9	-2,2	-2,4	-2,7	:
- para consumo	va**	"	-5,8	-4,2	-4,5	-5,7	-5,8	-7,0	-7,4	-7,4	-8,2	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-0,7	-1,0	-1,7	-2,7	-2,9	-3,0	-4,6	-5,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,73	2,71	2,74	2,74	2,73	2,71	2,63	2,53	2,39	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	5,12	4,92	4,97	5,06	5,12	5,14	5,08	5,04	4,97	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

**Finanças Públicas – Estado**

Até maio, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 2715,9 milhões de euros, o que representa um agravamento de 697,3 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 1143,7 milhões de euros, mantendo-se quase ao mesmo nível que o registado no ano anterior.

**Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 3,5%, justificada pelo decréscimo de todos os impostos, com exceção do IRS (12,3%), do imposto único de circulação (12,9%) e dos outros impostos indiretos (12,8%). Os impostos com maior impacto negativo na receita fiscal foram o IRC (15,5%), o IVA (2,8%) e o imposto sobre veículos (47,7%). A receita não fiscal registou um crescimento de 7,9%, refletindo, essencialmente, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas maioritariamente classificadas nas Administrações Públicas, as receitas por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado, com preponderância dos prestados ao setor bancário e as transferências de capital provenientes da União Europeia para a instalação de redes. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos dividendos e participação nos lucros justificado principalmente pela redução dos dividendos pagos pelo Banco de Portugal; e
- um crescimento da despesa total em 2,0%, enquanto a despesa primária diminuiu 2,2%. Com efeito no aumento da despesa é de referir, essencialmente, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida, justificado pelo pagamento do primeiro cupão da OT 6,4%fev2016, emitida em 2011, e pelo pagamento de juros relativos aos empréstimos da União Europeia e do FMI, das transferências de capital, devido à realização da transferência para a RTP com objetivo de amortizar passivos financeiros e das transferências correntes para

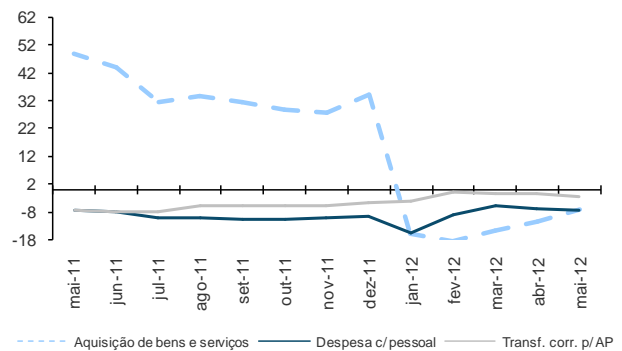
**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2011		2012		2012				
	jan a mai		jan a mai		fev	mar	abr	mai	
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)						
Receita Total	15177	14823	38,0	35,3	-4,3	-4,4	-2,2	-2,3	
Receita corrente	14945	14586	38,8	37,7	-3,7	-4,5	-2,3	-2,4	
Impostos diretos	5167	5182	35,4	35,9	-9,0	-5,4	3,3	0,3	
Impostos indiretos	8410	7915	42,5	38,3	-3,4	-6,1	-6,7	-5,9	
Despesa Total	17196	17539	34,3	36,3	3,5	3,5	2,6	2,0	
Despesa corrente primária	15366	14792	38,1	38,6	-5,2	-3,8	-2,8	-3,7	
Despesa corrente	16239	16364	34,8	35,9	-1,0	0,8	1,0	0,8	
Despesa com pessoal	3775	3503	36,2	39,7	-8,8	-5,9	-7,1	-7,2	
Aquisição bens e serviços	568	527	27,3	27,9	-18,4	-14,6	-11,6	-7,1	
Subsídios	89	24	14,3	7,8	-98,5	-99,1	-77,6	-73,3	
Juros	873	1572	13,7	21,4	175,3	221,5	57,9	80,1	
Transferências corr. p/ AP	9449	9212	40,1	38,3	-0,9	-1,2	-1,7	-2,5	
Saldo Global	-2019	-2716	-	-	-	-	-	-	
Saldo Primário	-1146	-1144	-	-	-	-	-	-	

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

a Segurança Social com o objetivo de financiar o regime substitutivo dos bancários. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com pessoal, devido essencialmente à redução de efetivos das escolas de ensino não superior, e das transferências correntes para outras entidades das Administrações Públicas, nomeadamente para o Serviço Nacional de Saúde, para as instituições de ensino superior e de ação social do ensino superior e para a Administração Local.

**Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de maio, a dívida direta do Estado situava-se em 194,4 mil milhões de euros, aumentando 8593,7 milhões de euros face ao mês anterior. Esta evolução ficou a dever-se, principalmente, às emissões no âmbito do Programa de Ajustamento Económico no valor nominal de 7900 milhões de euros (dos quais 2700 milhões de euros referentes ao MEEF e 5200 milhões de euros ao FEEF) e à emissão líquida de BT no valor de 302,2 milhões de euros. O aumento do saldo foi parcialmente compensado pela amortização antecipada parcial da OT5%jun2012 (213,9 milhões de euros) e do FRN USD ago2012 (13,9 milhões), pela amortização líquida dos Certificados de Aforro (185,9 milhões de euros) e de outros instrumentos de curto prazo (24,9 milhões de euros). As variações cambiais no mês contribuíram para um acréscimo do saldo da dívida em 812 milhões.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida**  
(milhões de euros)

	30-abr-12	mai-12			31-mai-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	120 447	2 468	2 416	107	120 606
Bilhetes do Tesouro	13 557	2 367	2 065	0	13 859
Obrigações do Tesouro	102 451	0	214	0	102 238
Não Transacionável	18 340	2 691	2 862	0	18 169
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 840	42	216	0	11 666
CEDIC e CEDIM	4 520	2 643	2 637	0	4 526
Prog. de Ajustamento Económico	46 982	7 890	0	716	55 587
Total	185 769	13 049	5 278	822	194 362

Fonte: IGCP.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as Empresas Públicas Reclassificadas

Até maio, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas) foi de 1163,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 81,9 milhões de euros face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas<sup>1</sup>.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita em 2,7%, explicada principalmente pelo decréscimo das transferências do OE (-5,5%) e pelo efeito base, em 2011, relativo à incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA. Esta evolução é parcialmente compensada pela receita da atribuição dos direitos de utilização de frequência da 4.ª geração móvel e pelas transferências de capital da U.E., destinadas ao reembolso de projetos no âmbito do FEADER; e
- um decréscimo da despesa em 4,0%, explicada pela aquisição de bens e serviços, em consequência da diminuição dos valores pagos, pelo SNS, no âmbito dos contratos-programa com os hospitais EPE e da despesa em meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, e pelas despesas com o pessoal, justificada pela passagem de entidades do SNS para o setor empresarial do Estado e pela diminuição da despesa das instituições do ensino superior. Salienta-se ainda, mas com menor peso, a diminuição das outras transferências de capital, devido à redução de participações em organizações internacionais pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. e à reclassificação, de capital para corrente, das transferências para apoio a eventos e atividades de promoção e animação do Instituto de Turismo de Portugal, e dos subsídios, justificado pelo efeito de base em 2011 relativo aos pagamentos do FEAGA, assim como da redução das participações referentes a medidas de emprego e formação profissional. Em sentido contrário, verificou-se o aumento das outras transferências correntes justificado pela variação das pensões.

### Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)						Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011		2012		2012		2012	
	jan a mai		jan a mai		abr	mai	jan a mai	
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 <sup>6</sup> euros	Exec. face OE corrig. (%)
Receita Total	9 532	9 272	36,2	37,4	-1,9	-2,7	1255	35,7
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1410	1396	34,0	40,2	1,5	-0,9	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	6 161	5 821	38,4	36,5	-4,9	-5,5	156	37,5
Despesa Total	8 451	8 109	32,4	34,1	-3,0	-4,0	1715	36,4
Despesa com pessoal	1035	960	33,0	37,0	4,4	-7,2	272	39,7
Aquisição de bens e serviços	3 218	2 921	35,8	31,1	-8,1	-9,2	266	33,5
Transferências correntes	3 652	3 750	32,7	39,1	1,3	2,7	7	30,8
Saldo Global	1081	1163	-	-	-	-	-460	-

Fonte: DGO.

<sup>1</sup>Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

<sup>2</sup>Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

### Empresas Públicas Reclassificadas

Até maio, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 460,5 milhões de euros, agravando-se 301,3 milhões de euros face ao mês anterior. A execução é explicada, fundamentalmente pelo aumento dos encargos com juros de empréstimos contraídos pelo Metro do Porto, S.A., Metropolitano de Lisboa, S.A., REFER, E.P. e Estradas de Portugal, S.A., e do investimento relativo à construção de estradas e pontes e aos pagamentos respeitantes aos contratos de concessão das Estradas de Portugal, S.A..

### Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até maio, a execução financeira consolidada<sup>2</sup> provisória do SNS aponta para um défice de 167,4 milhões de euros, o que constitui um agravamento de 130,5 milhões de euros face ao registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 9,7%, justificado pela redução da transferência do Orçamento do Estado no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 5,9%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, compensadas parcialmente pelo crescimento dos outros subcontratos em resultado de pagamentos de no âmbito de PPP – Hospital de Loures, Braga e Vila Franca de Xira), das outras despesas e das despesas com pessoal.

### Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011	2012	2011	2012
	jan a mai		jan a mai	
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	3 479	3 142	-7,1	-9,7
Transferências do Orçamento do Estado	3374	2993	-6,9	-11,3
Prestação de serviços	37	52	9,2	39,8
Outras receitas	68	97	-22,5	41,1
Despesa Total	3 516	3 309	-5,8	-5,9
Despesa com pessoal	361	342	-10,6	-5,2
Subcontratos	2 954	2 800	-6,0	-5,2
Outras despesas	201	167	7,6	-17,2
Saldo Global	-37	-167	-	-

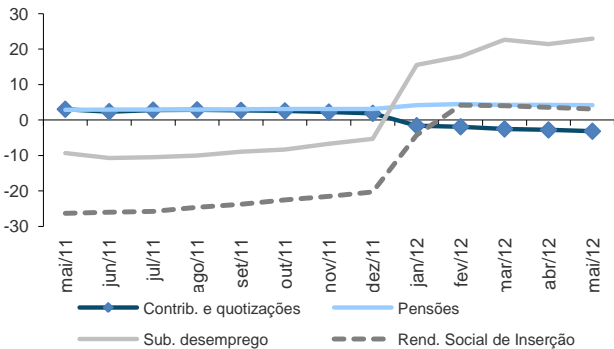
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

**Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações**

Até maio, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 315,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 428,0 milhões de euros face ao mesmo período de 2011. A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

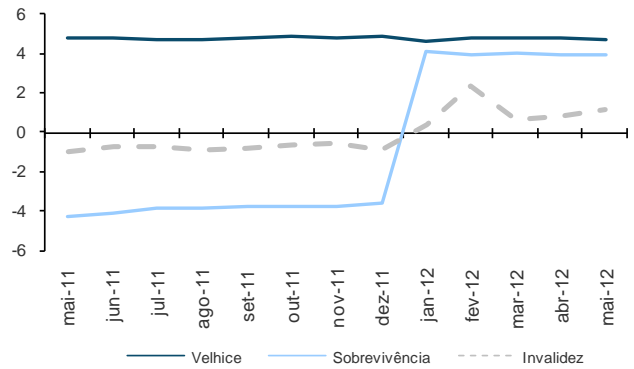
- um crescimento da receita em 1,0% em resultado da transferência da Administração Central para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários, das transferências do FSE e das outras receitas correntes. Em sentido contrário, verificou-se a diminuição das contribuições e quotizações (3,1%) e das transferências do OE, no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social (3,9%); e
- um aumento da despesa em 6,0%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (23,0%) e das pensões de velhice (4,7%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-9,7%), das outras despesas correntes, das despesas de administração e das despesas com subsídio por doença (-8,5%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 29,7% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 2,4% nas pensões de velhice da Segurança Social. Em sentido oposto, os beneficiários do subsídio de doença diminuíram 5,0%.

**Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social** (VHA, em %)



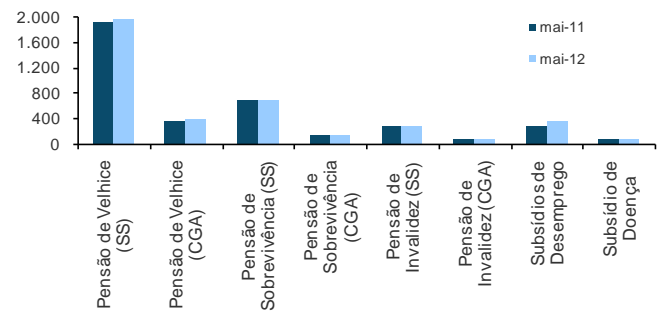
Fonte: DGO.

**Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social** (VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.26. Número de Pensões Subsídios Atribuídos** (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em maio, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 171,5 milhões de euros, que compara com 346,0 milhões de euros no período homólogo. A receita total diminuiu 2,4%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT, e, em menor grau, da receita proveniente das quotas e contribuições para a CGA. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE e das outras receitas correntes. A despesa total cresceu 2,9%, como resultado do acréscimo da despesa com pensões, justificado pelo maior número de pensionistas e da atualização das pensões mínimas.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,9% nas pensões de velhice e de 1,5% nas pensões de sobrevivência.

**Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2011		2012		2011		2012			
	jan a mai		jan a mai		jan a mai		jan a mai			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	9501	9599	1,0	40,4	39,8	3478	3396	-2,4	37,0	40,4
Contribuições e quotizações	5517	5344	-3,1	40,2	39,3	1408	1394	-1,0	34,0	40,2
Transferências correntes da Adm. Central	2867	2990	4,3	41,2	41,6	1753	1875	7,0	39,4	44,5
Despesa Total	8758	9283	6,0	37,9	38,6	3132	3224	2,9	35,3	40,2
Pensões	5106	5322	4,2	35,4	36,8	3118	3210	3,0	36,0	40,3
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	223	-	-	42,7	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	871	1071	23,0	41,4	49,0	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	1758	1740	-1,1	41,8	40,0	-	-	-	-	-
Saldo Global	743	315	-	-	-	346	172	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

## Administrações Públicas

Até maio, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), e considerando o universo real de 238 municípios na Administração Local foi de 1445,9 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 1240,3 milhões de euros, correspondendo a um agravamento de 1086,0 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu o agravamento do défice do Estado, a diminuição do excedente da Segurança Social e, em menor grau, a passagem de excedente a défice na Administração Regional com um impacto negativo de 42,6 milhões de euros.

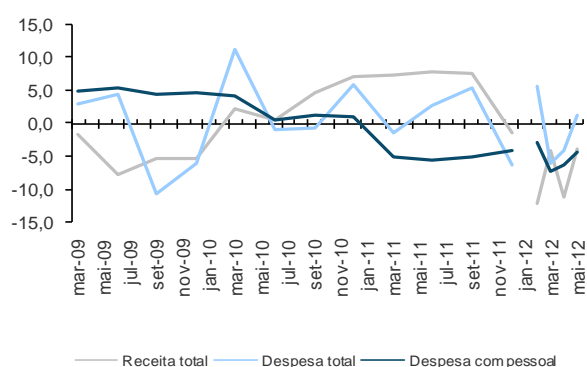
### Administração Regional

Até maio, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 2,7 milhões de euros, o que compara com um excedente de 39,9 milhões de euros em 2011. Este comportamento é explicado pelo agravamento do saldo da região autónoma da Madeira (RAM) em 47,8 milhões de euros, uma vez que a região autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu excedente em 5,2 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 3,9%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (com um efeito mais acentuado na RAA). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital, em particular, as provenientes do resto do mundo, e das outras receitas correntes; e
- um crescimento da despesa total em 1,4%, refletindo, essencialmente, o aumento das outras transferências correntes, da aquisição de bens e serviços na RAM e dos juros e outros encargos. O comportamento da despesa de capital, da despesa com pessoal e subsídios compensaram parcialmente a evolução das outras rubricas da despesa.

**Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

### Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*			Administração Regional		
	2012			2011	2012	
	jan a mar	jan a abr	VC (%)	jan a abr		
	106 euros			10 <sup>6</sup> euros		VH (%)
Receita total	1283	1497	16,7	704	625	-11,2
Impostos	238	284	19,3	332	313	-5,6
Transferências correntes	476	572	20,3	280	213	-23,8
Despesa total	1253	1465	16,9	571	547	-4,1
Pessoal	460	504	9,7	225	211	-6,4
Aquisição de bens e serviços	320	396	23,9	83	67	-19,5
Transferências correntes	81	95	17,7	142	187	31,6
Investimento	270	326	20,8	43	16	-63,8
Saldo global	30	32	-	133	77	-

Fonte: DGO.

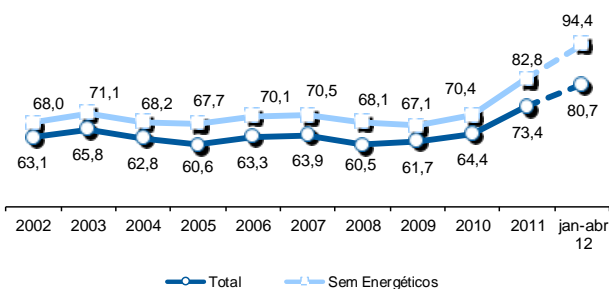
Nota: \* Os valores da AL para 2012 referem-se ao Universo Comparável.

### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros quatro meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9,7% enquanto as importações decresceram 5,2% <sup>[3]</sup>. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 39,5%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram 7,2% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 11,1% (Quadro 3.1).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)**



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)**

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a abril			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	13.654	14.980	9,7	8,4	12,7
Importações (cif)	19.575	18.563	-5,2	-7,7	-3,7
(fob)	18.653	17.688	-5,2	-7,7	-3,7
Saldo (fob-cif)	-5.920	-3.583	-39,5	-44,6	-35,2
(fob-fob)	-4.999	-2.709	-45,8	-51,4	-40,3
Cobertura (fob/cif)	69,8	80,7	-	-	-
(fob/fob)	73,2	84,7	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
Exportações (fob)	12.808	13.736	7,2	6,1	10,7
Importações (cif)	16.379	14.554	-11,1	-12,7	-8,5
(fob)	15.608	13.868	-11,1	-12,7	-8,5
Saldo (fob-cif)	-3.571	-817	-77,1	-79,7	-60,1
(fob-fob)	-2.800	-132	-95,3	-98,0	-71,0
Cobertura (fob/cif)	78,2	94,4	-	-	-
(fob/fob)	82,1	99,0	-	-	-
<b>Extra-UE (milhões de Euros)</b>					
Exportações (fob)	3.261	4.136	26,8	23,8	23,3
Importações (cif)	4.992	5.256	5,3	-1,6	9,0
(fob)	4.757	5.009	5,3	-1,6	9,0
Saldo (fob-cif)	-1.731	-1.121	-35,2	-50,2	-18,9
(fob-fob)	-1.495	-873	-41,6	-57,9	-23,4
Cobertura (fob/cif)	65,3	78,7	-	-	-
(fob/fob)	68,6	82,6	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt) ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º6/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de abril de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2012, as exportações representaram 80,7% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 10,9 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 94,4% das importações (+16,2 p.p. que em igual período no ano transato).

**Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de abril**

janeiro a abril	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
<b>Intra+Extra UE</b>			
Exportações (fob)	13 654	14 980	9,7
Importações (cif)	19 575	18 563	-5,2
Saldo (fob-cif)	- 5 920	- 3 583	-39,5
Cobertura (fob/cif)	69,8	80,7	-
<b>Intra UE</b>			
Exportações (fob)	10 393	10 844	4,3
Importações (cif)	14 583	13 306	-8,8
Saldo (fob-cif)	- 4 190	- 2 462	-41,2
Cobertura (fob/cif)	71,3	81,5	-
<b>Extra UE</b>			
Exportações (fob)	3 261	4 136	26,8
Importações (cif)	4 992	5 256	5,3
Saldo (fob-cif)	- 1 731	- 1 121	-35,2
Cobertura (fob/cif)	65,3	78,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 41,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 4,3% e as importações a decrescer 8,8%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 35,2% (Quadro 3.2).

**Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 453	4 600	3,3	3 121	3 557	14,0
fev	4 636	4 570	-1,4	3 314	3 770	13,8
mar	5 475	4 951	-9,6	3 779	4 117	9,0
abr	5 010	4 441	-11,4	3 441	3 536	2,8
mai	5 438			3 701		
jun	4 607			3 588		
jul	4 906			3 777		
ago	4 234			2 924		
set	5 100			3 792		
out	4 720			3 790		
nov	4 744			3 876		
dez	4 406			3 282		
1º Trim	14 565	14 122	-3,0	10 213	11 444	12,0
2º Trim	15 055			10 730		
3º Trim	14 241			10 493		
4º Trim	13 869			10 948		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

## Exportações de Mercadorias

Nos primeiros quatro meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9,7%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação positiva foi de 7,2%.

Entre janeiro e abril de 2012, todos os grupos contribuíram positivamente para o crescimento homólogo das exportações. Destaca-se o contributo dos produtos “Energéticos” (+2,9 p.p.) e das “Máquinas” (+1,8 p.p.). As “Máquinas” e o “Material de Transporte” continuam a ser os grupos de produtos que maior peso têm nas exportações de mercadorias (14,8% e 13,9%, respetivamente).

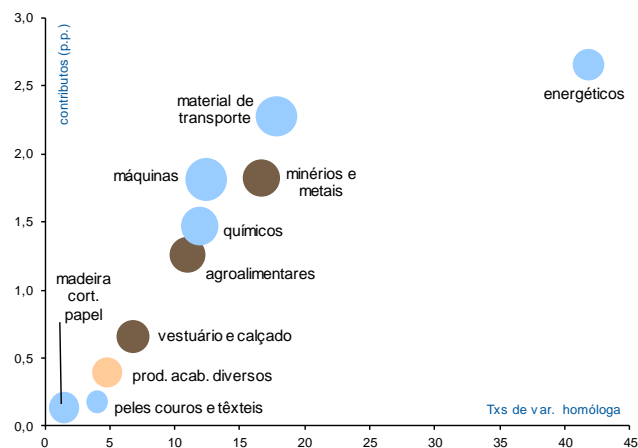
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em abril de 2012.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+12,7%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,7 p.p.). De destacar, ainda o contributo positivo do “Material de Transporte” (+2,3 p.p.)

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Máquinas”, “Energéticos” e “Agroalimentares” para o crescimento das exportações de mercadorias em 2011 (contributos de 1,8p.p., 1,6 p.p. e 1,4 p.p., respetivamente).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)**

Últimos 12 meses a terminar em abril de 2012  
(Total: 12,7%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

**Quadro 3.4. Exportações \* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-abr		Anual		jan-abr		últimos 12 meses <sup>[1]</sup>		jan-abr	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>Total das Exportações</b>	<b>13 654</b>	<b>14 980</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>9,7</b>	<b>9,7</b>
000 Agro-Alimentares	1425	1558	8,8	11,3	10,4	10,4	11,0	1,3	9,4	1,0
100 Energéticos	846	1243	5,3	7,3	6,2	8,3	41,8	2,7	46,9	2,9
200 Químicos	1778	1841	10,3	12,4	13,0	12,3	11,9	1,5	3,5	0,5
300 Madeira, Cortiça e Papel	1215	1195	8,7	8,5	8,9	8,0	1,5	0,1	-1,7	-0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	627	607	4,9	4,3	4,6	4,0	4,0	0,2	-3,3	-0,2
500 Vestuário e Calçado	1296	1326	11,1	9,3	9,5	8,9	6,8	0,7	2,3	0,2
600 Minérios e Metais	1575	1785	10,5	11,2	11,5	11,9	16,6	1,8	13,3	1,5
700 Máquinas	1969	2 212	19,7	14,5	14,4	14,8	12,4	1,8	12,4	1,8
800 Material de Transporte	1840	2 077	13,3	13,3	13,5	13,9	17,8	2,3	12,8	1,7
900 Produtos Acabados Diversos	1082	1136	7,4	7,8	7,9	7,6	4,8	0,4	4,9	0,4

Por memória:

Total sem energéticos	12 808	13 736	94,7	92,7	93,8	91,7	10,7	10,0	7,2	6,8
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	------	------	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2012.

[2]  $(\text{mai } 11\text{-abr } 12) / (\text{mai } 10\text{-abr } 11) \times 100 - 100$ .

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share :  $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

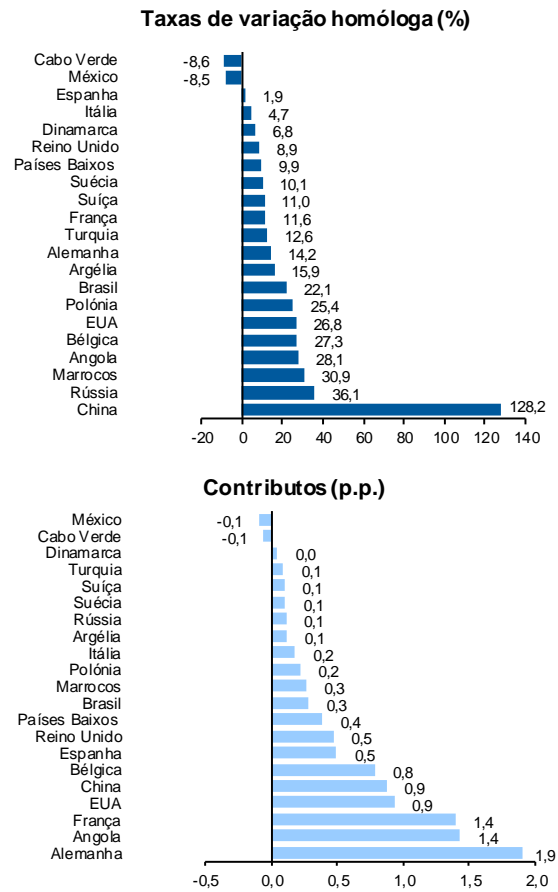
Nos primeiros quatro meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 4,3%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 3,9%, enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 16%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 26,8% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+6,4 p.p.).

As exportações de mercadorias para a Alemanha (+1,1 p.p.) e para a França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações para a UE. As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 5,5% e 11,4%, respetivamente.

No último ano a terminar em abril de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 9,2%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 8,9%. As exportações com destino à Alemanha (+1,9 p.p.) e à França (1,4 p.p.) foram, também, as que mais contribuíram para o crescimento das exportações.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para China (+111,3%), Argélia (+37,4%) e Rússia (+30,8%). Embora com um contributo reduzido, refira-se o decréscimo das exportações para Cabo Verde e para o México (-8,6% e -8,5%, respetivamente). (Figura 3.3).

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos Últimos 12 meses a terminar em abril de 2012**



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

**Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados**

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	jan-abr		anual		jan-abr		média anual 06-11*	12 meses [1]		jan-abr	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012		VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
<b>TOTAL</b>	<b>13 654</b>	<b>14 980</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,5</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>9,7</b>	<b>9,7</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>10 393</b>	<b>10 844</b>	<b>78,1</b>	<b>74,1</b>	<b>76,1</b>	<b>72,4</b>	<b>2,4</b>	<b>9,2</b>	<b>6,9</b>	<b>4,3</b>	<b>3,3</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>9 985</b>	<b>10 370</b>	<b>76,0</b>	<b>71,0</b>	<b>73,1</b>	<b>69,2</b>	<b>2,1</b>	<b>8,9</b>	<b>6,4</b>	<b>3,9</b>	<b>2,8</b>
Espanha	3 558	3 397	28,4	24,8	26,1	22,7	0,8	1,9	0,5	-4,5	-1,2
Alemanha	1888	2 034	13,0	13,6	13,8	13,6	4,4	14,2	1,9	7,7	1,1
França	1750	1846	12,5	12,0	12,8	12,3	2,7	11,6	1,4	5,5	0,7
R.Unido	679	757	6,9	5,1	5,0	5,1	-2,5	8,9	0,5	11,4	0,6
P.Baixos	550	552	3,7	3,9	4,0	3,7	4,6	9,9	0,4	0,5	0,0
Itália	533	530	4,1	3,7	3,9	3,5	1,4	4,7	0,2	-0,5	0,0
Bélgica	410	488	3,1	3,1	3,0	3,3	3,6	27,3	0,8	19,1	0,6
Suécia	152	168	1,1	1,0	1,1	1,1	3,7	10,1	0,1	10,8	0,1
Dinamarca	85	102	0,7	0,6	0,6	0,7	1,3	6,8	0,0	19,9	0,1
<b>Alargamento</b>	<b>408</b>	<b>474</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>11,3</b>	<b>15,0</b>	<b>0,5</b>	<b>16,0</b>	<b>0,5</b>
Polónia	118	133	0,7	1,0	0,9	0,9	11,2	25,4	0,2	13,0	0,1
<b>Extra UE-27</b>	<b>3 261</b>	<b>4 136</b>	<b>21,9</b>	<b>25,9</b>	<b>23,9</b>	<b>27,6</b>	<b>7,1</b>	<b>23,3</b>	<b>5,8</b>	<b>26,8</b>	<b>6,4</b>
dos quais:											
Angola	634	820	3,4	5,5	4,6	5,5	14,1	28,1	1,4	29,3	1,4
EUA	458	660	5,9	3,5	3,4	4,4	-6,6	26,8	0,9	43,9	1,5
Brasil	180	194	0,7	1,4	1,3	1,3	18,1	22,1	0,3	8,1	0,1
México	126	67	0,4	1,1	0,9	0,4	27,1	-8,5	-0,1	-46,4	-0,4
Suíça	122	135	0,8	0,9	0,9	0,9	6,6	11,0	0,1	10,7	0,1
Marrocos	112	156	0,5	0,9	0,8	1,0	18,8	30,9	0,3	39,4	0,3
Turquia	102	118	0,7	0,7	0,8	0,8	5,3	12,6	0,1	15,2	0,1
Cabo Verde	87	72	0,5	0,6	0,6	0,5	6,1	-8,6	-0,1	-17,3	-0,1
China	100	301	0,6	0,9	0,7	2,0	13,3	128,2	0,9	200,7	1,5
Argélia	137	104	0,2	0,8	1,0	0,7	37,5	15,9	0,1	-24,1	-0,2
<b>Por memória:</b>											
Gibraltar	49	98	0,1	0,6	0,4	0,7	55,8	70,3	0,3	97,5	0,4
PALOP	807	1026	4,3	6,9	5,9	6,8	13,8	28,0	1,7	27,1	1,6
EFTA	153	175	1,1	1,1	1,1	1,2	3,5	12,8	0,1	14,5	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2012.

[2] ((mai 11-abr 12)/((mai 10-abr 11) x 100 - 100).

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

## Importações de Mercadorias

Entre janeiro e abril de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5,2% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-3,8 p.p.), “Máquinas” (-1,4 p.p.), “Agroalimentares e “Minérios e Metais” (ambos com contributos de -1,1 p.p.) para a redução das importações nos primeiros quatro meses do ano.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 4,2 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,7%).

Nos primeiros quatro meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 8,8%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 8,7%. As importações provenientes dos países do Alargamento também decresceram (-9%). Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

Em sentido oposto, as importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 5,3%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,4% do total). Seguem-se a China e o Brasil (cada um destes países representando 2,4% do total).

**Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-abr		Anual		jan-abr		12 meses <sup>[1]</sup>		jan-abr	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>TOTAL DAS IMPORTAÇÕES</b>	<b>19 575</b>	<b>18 563</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-3,7</b>	<b>-3,7</b>	<b>-5,2</b>	<b>-5,2</b>
<b>Grupos de Produtos</b>										
000-Agro-Alimentares	2 853	2 645	11,9	13,8	14,6	14,2	2,2	0,3	-7,3	-1,1
100-Energéticos	3 196	4 009	14,1	14,6	16,3	21,6	23,4	3,6	25,4	4,2
200-Químicos	3 136	3 088	13,3	15,2	16,0	16,6	1,4	0,2	-1,5	-0,2
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	913	768	4,7	4,6	4,7	4,1	-6,7	-0,3	-15,9	-0,7
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1340	1232	6,8	6,8	6,8	6,6	-4,4	-0,3	-8,0	-0,6
500-Minérios e Metais	1811	1602	9,2	8,5	9,3	8,6	-5,5	-0,5	-11,6	-1,1
600-Máquinas [4]	2 935	2 661	20,5	16,4	16,0	14,3	-10,3	-1,6	-9,3	-1,4
700-Material de Transporte [5]	2 388	1634	13,5	14,1	12,2	8,8	-33,2	-4,5	-31,5	-3,8
800-Prod. Acabados Diversos	1004	923	6,0	5,9	5,1	5,0	-9,2	-0,5	-8,0	-0,4
Total sem energéticos	16 379	14 554	85,9	85,4	83,7	78,4	-8,5	-7,2	-11,1	-9,3
<b>Mercados de origem</b>										
<b>Intra UE-27</b>	<b>14 583</b>	<b>13 306</b>	<b>77,0</b>	<b>73,0</b>	<b>74,5</b>	<b>71,7</b>	<b>-7,8</b>	<b>-5,9</b>	<b>-8,8</b>	<b>-6,5</b>
dos quais:										
<b>UE-15</b>	<b>14 081</b>	<b>12 848</b>	<b>75,3</b>	<b>70,6</b>	<b>71,9</b>	<b>69,2</b>	<b>-7,9</b>	<b>-5,8</b>	<b>-8,7</b>	<b>-6,3</b>
Espanha	6 189	5 923	30,9	31,6	31,6	31,9	-2,7	-0,8	-4,3	-1,4
Alemanha	2 546	2 185	14,3	12,3	13,0	11,8	-18,8	-2,7	-14,2	-1,8
França	1406	1233	8,5	6,9	7,2	6,6	-8,4	-0,6	-12,2	-0,9
Itália	1054	948	5,9	5,4	5,4	5,1	-5,6	-0,3	-10,1	-0,5
Países Baixos	987	859	4,8	4,8	5,0	4,6	-10,0	-0,5	-13,0	-0,7
Reino Unido	632	586	4,1	3,3	3,2	3,2	-9,8	-0,3	-7,3	-0,2
Bélgica	560	471	2,8	2,6	2,9	2,5	-14,6	-0,4	-16,0	-0,5
Suécia	215	203	0,9	1,0	1,1	1,1	-0,8	0,0	-5,6	-0,1
Irlanda	177	161	0,9	1,0	0,9	0,9	1,7	0,0	-9,4	-0,2
<b>Alargamento</b>	<b>503</b>	<b>458</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,6</b>	<b>2,5</b>	<b>-4,4</b>	<b>-0,1</b>	<b>-9,0</b>	<b>-0,2</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>4 992</b>	<b>5 256</b>	<b>23,0</b>	<b>27,0</b>	<b>25,5</b>	<b>28,3</b>	<b>9,0</b>	<b>2,2</b>	<b>5,3</b>	<b>1,4</b>
dos quais:										
China	475	441	1,4	2,6	2,4	2,4	-8,3	-0,2	-7,2	-0,2
Nigéria	651	311	1,4	2,6	3,3	1,7	-30,7	-0,9	-52,3	-1,7
Brasil	427	449	2,2	2,5	2,2	2,4	35,4	0,7	5,1	0,1
EUA	394	300	1,4	1,9	2,0	1,6	5,8	0,1	-23,8	-0,5
Líbia	14	121	0,8	0,0	0,1	0,7	-77,2	-0,7	793,1	0,5
Cazaquistão	164	292	0,6	1,5	0,8	1,6	68,7	0,7	78,1	0,7
Angola	208	576	0,1	2,0	1,1	3,1	177,3	1,7	176,7	1,9
Noruega	165	66	1,2	0,7	0,8	0,4	-24,7	-0,2	-57,8	-0,5
Arábia Saudita	228	328	1,0	1,6	1,2	1,8	67,4	0,7	43,6	0,5
Rússia	247	206	1,2	1,0	1,3	1,1	-8,6	-0,1	-16,5	-0,2
Índia	191	110	0,4	0,8	1,0	0,6	-18,4	-0,1	-42,3	-0,4
Suíça	115	119	0,6	0,6	0,6	0,6	-0,4	0,0	2,9	0,0
Japão	125	121	1,0	0,6	0,6	0,7	-11,5	-0,1	-3,5	0,0
OPEP <sup>[6]</sup>	1502	1644	6,3	8,0	7,7	8,9	13,2	0,9	9,5	0,7
EFTA	278	194	1,9	1,4	1,4	1,0	-12,7	-0,2	-30,4	-0,4
PALOP	215	584	0,2	2,1	1,1	3,1	167,9	1,7	171,4	1,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2012.

[2]  $(\text{mai } 1\text{-abr } 12) / (\text{mai } 10\text{-abr } 11) \times 100 - 100$ .

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share:  $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

[4] Não inclui tractores.

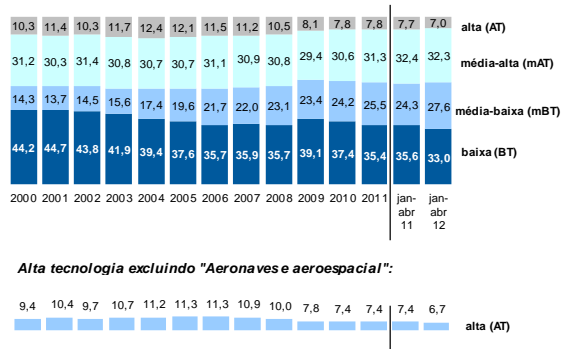
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros quatro meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 10,7%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (60%), sendo os produtos de *média baixa tecnologia* aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (25,7%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).<sup>1</sup>

**Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



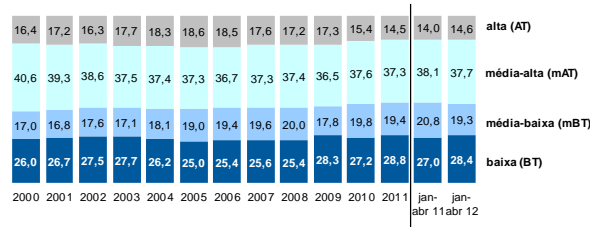
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de *média baixa intensidade tecnológica* foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+6,3 p.p.).

As exportações dos produtos de *média alta intensidade tecnológica* contribuíram com 3,4 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 12,6%, sendo os produtos de *média alta e média baixa tecnologia* os que mais contribuíram para esta redução (-5,2 p.p. e -3,9 p.p., respetivamente).

**Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

## Quadro 3.7. Exportações e Importações\* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em '000 Euros

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a abril		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)			
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-abr 2012/11	2010	2011	jan-abr		2011	jan-abr 2012		
									2011	2012				
<b>EXPORTAÇÕES</b>														
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>39 946 853</b>	<b>12 810 650</b>	<b>14 186 570</b>	<b>3,4</b>	<b>15,8</b>	<b>10,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,8</b>	<b>10,7</b>		
Alta tecnologia	3 103 147	981 851	999 770	-4,4	15,5	1,8	7,8	7,8	7,7	7,0	1,2	0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial <sup>[2]</sup>	2 924 348	942 329	945 628	-5,2	15,2	0,4	7,4	7,4	7,4	6,7	1,1	0,0		
Média-alta tecnologia	12 519 275	4 156 858	4 588 476	3,6	18,7	10,4	30,6	31,3	32,4	32,3	5,7	3,4		
Média-baixa tecnologia	10 176 413	3 117 650	3 919 403	6,8	21,9	25,7	24,2	25,5	24,3	27,6	5,3	6,3		
Baixa tecnologia	14 148 018	4 554 291	4 678 921	3,2	9,5	2,7	37,4	35,4	35,6	33,0	3,6	1,0		
<b>Por memória:</b>														
<b>Total das Exportações</b>	<b>42 384 352</b>	<b>13 654 407</b>	<b>14 979 512</b>	<b>3,5</b>	<b>15,3</b>	<b>9,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,3</b>	<b>9,7</b>		
Residual <sup>[3]</sup>	2 437 499	843 757	792 942	5,6	7,6	-6,0	6,2	5,8	6,2	5,3	0,5	-0,4		
<b>IMPORTAÇÕES</b>														
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>45 990 799</b>	<b>16 117 202</b>	<b>14 087 307</b>	<b>-0,4</b>	<b>-2,4</b>	<b>-12,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-2,4</b>	<b>-12,6</b>		
Alta tecnologia	6 669 401	2 260 805	2 053 685	-5,1	-7,8	-9,2	15,4	14,5	14,0	14,6	-1,2	-1,3		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial <sup>[2]</sup>	6 437 600	2 166 152	1 997 234	-4,4	-6,5	-7,8	14,7	14,1	13,5	14,2	-1,0	-1,1		
Média-alta tecnologia	17 144 597	6 144 561	5 311 781	-0,1	-3,2	-13,6	37,6	37,3	38,1	37,7	-1,2	-5,2		
Média-baixa tecnologia	8 937 978	3 354 577	2 723 186	-0,4	-4,3	-18,8	19,8	19,4	20,8	19,3	-0,8	-3,9		
Baixa tecnologia	13 238 822	4 357 259	3 998 655	2,1	3,3	-8,2	27,2	28,8	27,0	28,4	0,9	-2,2		
<b>Por memória:</b>														
<b>Total das Importações</b>	<b>57 729 732</b>	<b>19 574 889</b>	<b>18 562 505</b>	<b>0,5</b>	<b>1,2</b>	<b>-5,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,2</b>	<b>-5,2</b>		
Residual <sup>[3]</sup>	11 738 933	3 457 687	4 475 198	4,7	17,9	29,4	17,4	20,3	17,7	24,1	3,1	5,2		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

<sup>1</sup>Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

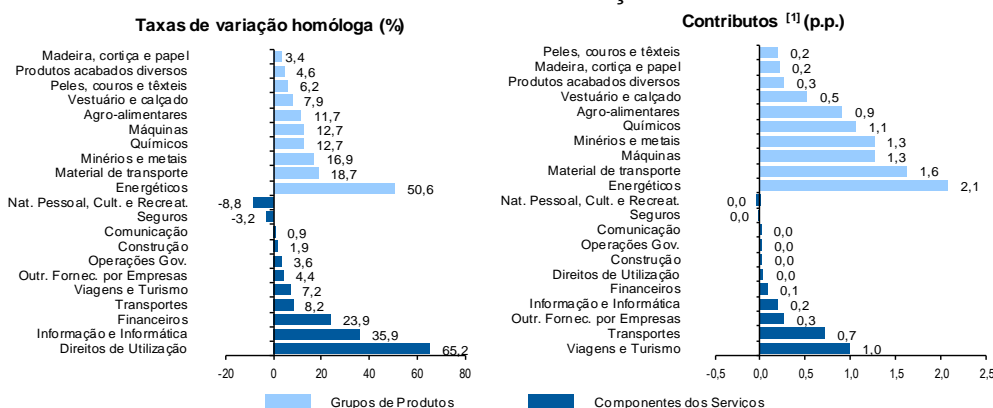
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de março de 2012, no primeiro trimestre de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 8,4% relativamente ao mesmo período de 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (8,1 p.p.).

Nos primeiros três meses de 2012, a componente dos Serviços representou 25,5% do total das “Exportações” e contribuiu com 0,3 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 15,7% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-4%) foi de -0,8 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em março de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou - se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,1 p.p.) e do “Material de Transporte” (+1,6 p.p.). Na componente dos serviços, continua a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens (+1 p.p.) e Turismo e de Transportes (+ 0,7 p.p.).

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em março de 2012**



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (116%).

## Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a março		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2011	2012	Anual		janeiro a março		média anual	12 meses [1]		janeiro a março	
		2005	2010	2011	2012	05-10	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
<b>CRÉDITO (Exportações)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	<b>14 111</b>	<b>15 302</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,1</b>	<b>11,6</b>	<b>11,6</b>	<b>8,4</b>	<b>8,4</b>
<b>Bens</b>	<b>10 254</b>	<b>11 403</b>	<b>71,0</b>	<b>69,0</b>	<b>72,7</b>	<b>74,5</b>	<b>3,5</b>	<b>13,7</b>	<b>9,3</b>	<b>11,2</b>	<b>8,1</b>
<b>Serviços</b>	<b>3 857</b>	<b>3 898</b>	<b>29,0</b>	<b>31,0</b>	<b>27,3</b>	<b>25,5</b>	<b>5,5</b>	<b>7,0</b>	<b>2,2</b>	<b>1,1</b>	<b>0,3</b>
Transportes	1197	1271	7,1	8,4	8,5	8,3	7,5	8,2	0,7	6,2	0,5
Viagens e Turismo	1283	1376	13,2	13,2	9,1	9,0	4,1	7,2	1,0	7,2	0,7
Comunicação	102	108	0,9	0,8	0,7	0,7	0,1	0,9	0,0	5,1	0,0
Construção	134	109	0,8	0,9	1,0	0,7	5,9	1,9	0,0	-18,4	-0,2
Seguros	36	31	0,2	0,2	0,3	0,2	3,0	-3,2	0,0	-14,1	0,0
Financeiros	51	44	0,4	0,4	0,4	0,3	3,6	23,9	0,1	-13,6	0,0
Informação e Informática	87	114	0,3	0,6	0,6	0,7	17,3	35,9	0,2	31,5	0,2
Direitos de Utilização	8	14	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	65,2	0,0	70,5	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	845	708	5,2	5,8	6,0	4,6	6,5	4,4	0,3	-16,1	-1,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	62	65	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	-8,8	0,0	4,9	0,0
Operações Governamentais	53	58	0,3	0,3	0,4	0,4	5,7	3,6	0,0	10,0	0,0
<b>DÉBITO (Importações Fob)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	<b>16 706</b>	<b>16 031</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,2</b>	<b>-1,2</b>	<b>-4,0</b>	<b>-4,0</b>
<b>Bens</b>	<b>14 055</b>	<b>13 521</b>	<b>84,9</b>	<b>83,0</b>	<b>84,1</b>	<b>84,3</b>	<b>0,6</b>	<b>-2,0</b>	<b>-1,7</b>	<b>-3,8</b>	<b>-3,2</b>
<b>Serviços</b>	<b>2 651</b>	<b>2 510</b>	<b>15,1</b>	<b>17,0</b>	<b>15,9</b>	<b>15,7</b>	<b>3,4</b>	<b>3,0</b>	<b>0,5</b>	<b>-5,3</b>	<b>-0,8</b>
Transportes	788	790	4,7	5,0	4,7	4,9	2,1	2,4	0,1	0,2	0,0
Viagens e Turismo	685	688	4,2	4,4	4,1	4,3	2,3	0,3	0,0	0,4	0,0
Comunicação	99	100	0,6	0,6	0,6	0,6	1,1	-3,0	0,0	1,4	0,0
Construção	28	24	0,2	0,2	0,2	0,1	1,8	14,9	0,0	-14,6	0,0
Seguros	60	62	0,3	0,3	0,4	0,4	3,5	-1,8	0,0	3,0	0,0
Financeiros	78	72	0,3	0,8	0,5	0,4	20,5	98,2	0,4	-8,5	0,0
Informação e Informática	87	96	0,4	0,7	0,5	0,6	11,0	19,1	0,1	10,1	0,1
Direitos de Utilização	92	95	0,5	0,6	0,5	0,6	4,5	1,2	0,0	3,3	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	595	437	3,0	3,6	3,6	2,7	4,9	-3,1	-0,1	-26,7	-1,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	116	125	0,6	0,7	0,7	0,8	4,9	0,1	0,0	8,2	0,1
Operações Governamentais	23	23	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-19,3	0,0	-2,5	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até março de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.



## **Iniciativas e Medidas Legislativas**



## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p><i>22 de junho de 2012</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 22 de junho de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Semestre Europeu:</b> O Conselho aprovou recomendações específicas para cada estado-membro relativas aos Programas Nacionais de Reforma e as opiniões sobre os programas de estabilidade ou convergência de cada país, no âmbito do segundo exercício do Semestre Europeu. Para Portugal, a recomendação é a de implementar as medidas previstas na Decisão de Execução 2011/344/EU e especificadas no Memorando de Entendimento de 17 de maio de 2011 e seus suplementos subsequentes. Foi igualmente adotada uma recomendação específica para os estados-membros pertencentes à área do euro. Estes documentos foram enviados ao Conselho Europeu para a sua reunião de 28 e 29 de junho.</li> <li>▪ <b>Pacto de Estabilidade e Crescimento:</b> <p><b>Decisão do Conselho que revoga as decisões sobre a existência de uma situação de déficit excessivo na Alemanha e na Bulgária:</b> O Conselho aprovou Decisões que revogam os procedimentos por défices excessivos para a Alemanha e para a Bulgária. O Conselho considerou que, à luz dos últimos dados disponíveis, que revelam um déficit de 1% do PIB em 2011 na Alemanha e de 2,1% do PIB na Bulgária e a sustentabilidade dos respetivos défices abaixo do valor de referência de 3% do PIB, os países mencionados cumprem com os requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento.</p> <p><b>Decisão do Conselho que revoga a decisão de suspender os compromissos do Fundo de Coesão a partir de 2013 para a Hungria:</b> O Conselho, com base na análise efetuada pela Comissão, concluiu que a Hungria tomou as medidas que tinham sido solicitadas em março, no âmbito do Procedimento por défices excessivos, de modo a corrigir o déficit orçamental em 2012. O Conselho espera que o déficit se situe em 2,5% do PIB em 2012 e que permaneça abaixo dos 3% em 2013. O procedimento por défices excessivos irá manter-se até que os valores do déficit se venham efetivamente a comprovar.</p> </li> <li>▪ <b>Relatórios de Convergência:</b> O Conselho tomou nota das conclusões dos relatórios bianuais da Comissão e do Banco Central Europeu, relativos à análise do cumprimento dos critérios de convergência. Dos dez países que não pertencem à área do euro, oito (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia) não cumprem os critérios de convergência. Os dois restantes (Dinamarca e Reino Unido) não são objeto de análise, uma vez que beneficiam de uma cláusula de não participação.</li> <li>▪ <b>Cimeira do G20:</b> O Conselho foi informado pela Presidência e pela Comissão dos resultados da Cimeira do G20 que se realizou nos dias 18 e 19 de junho, na cidade de Los Cabos, no México. A reunião centrou-se na instabilidade da área do euro, nas formas em reforçar a arquitetura financeira mundial e a sua regulação, na volatilidade dos preços dos bens alimentares, na promoção do crescimento sustentável (verde) e em maior investimento na ciência, na tecnologia agrícola e na investigação. A Presidência realçou ainda a necessidade de uma coordenação Europeia para a reunião dos ministros das Finanças do G20, a realizar-se nos dias 4 e 5 de novembro na Cidade do México, em especial sobre o tema da implementação da reforma do FMI de 2010 relativa às quotas e à sua governação.</li> <li>▪ <b>Imposto sobre as Transações Financeiras:</b> Os Ministros debateram a pro-</li> </ul>

Iniciativa	Sumário
	<p>posta de diretiva sobre a introdução de um imposto sobre as transações financeiras a nível europeu, tendo a Presidência concluído que não existe um apoio unânime a essa proposta. Dado que a adoção da referida proposta de diretiva exige unanimidade, um grupo de estados-membros, onde se inclui Portugal, mostrou abertura para avançar neste domínio através de um processo de cooperação reforçada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Diretiva Tributação da Energia:</b> O Conselho discutiu a proposta de diretiva que reestrutura o quadro comunitário de tributação dos produtos energéticos e da eletricidade. A Presidência concluiu que existe acordo quanto à necessidade de a diretiva definir níveis mínimos de tributação, tendo como pontos de referência o teor energético e as emissões de CO2 dos produtos energéticos, embora os estados-membros devam manter total flexibilidade na determinação da sua estrutura de tributação nacional acima desses níveis mínimos.</li> </ul> <p>No dia 30 de maio, o Comité de Representantes Permanentes (COREPER) adotou orientações gerais referentes à Diretiva relativa aos contratos de crédito para imóveis de habitação e à revisão da Diretiva 2004/109/CE (denominada Diretiva da Transparência), dispensando a respetiva discussão e adoção no Conselho ECOFIN. As orientações gerais permitirão à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu.</p> <p>De destacar também a aprovação de um relatório ao Conselho Europeu sobre questões fiscais, refletindo o estado dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho sobre as principais propostas legislativas na área da fiscalidade e sobre os progressos no combate à fraude e evasão fiscais.</p>
<i>Programa Impulso Jovem</i>	<p>O Conselho de Ministros aprovou o lançamento do Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção da Empregabilidade Jovem e de Apoio às PME (Programa Impulso Jovem).</p>
Conselho de Ministros de 6 de junho	<p>O Plano assenta em três pilares: estágios profissionais; apoio à contratação, à formação profissional e ao empreendedorismo; e apoios ao investimento. Detém um fundo de mais de 344 milhões de euros provenientes da reprogramação e maximização do Fundo Social Europeu e do FEDER, e cobre um universo de cerca de 90 mil destinatários.</p> <p>O presente programa desenvolve medidas efetivas tanto do lado dos empregadores como do lado dos desempregados. Pretende criar condições para que as empresas se dotem de postos de trabalho qualificados e duradouros, colmatando as atuais restrições ao financiamento que enfrentam.</p> <p>Simultaneamente, o programa cria oportunidades para os jovens portugueses de ingresso no mercado de trabalho, oferecendo-lhes uma formação prática em contexto de trabalho, com o objetivo de estabelecer uma relação laboral duradoura e a possibilidade de formação profissional certificada direcionada aos sectores de maior empregabilidade.</p> <p>O acompanhamento do Plano será garantido através de uma Comissão que reunirá mensalmente com os parceiros sociais para garantir a monitorização externa da execução do Programa.</p>
<i>SIREVE - Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial</i>	<p>O Conselho de Ministros decidiu instituir o SIREVE - Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial, iniciativa tomada no âmbito do Programa Revitalizar.</p>
Conselho de Ministros de 6 de junho	<p>O SIREVE permite que uma empresa que se encontra numa situação financeira difícil e os respetivos credores possam, em vez de recorrer ao processo de insolvência, optar por um acordo extrajudicial que visa a recuperação da empresa e</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>que lhe permita continuar a sua atividade económica.</p> <p>Como principais características do SIREVE destacam-se a redução significativa do prazo para a conclusão do processo negocial (de nove para quatro meses), a introdução de mecanismos de proteção da empresa e dos credores durante o processo negocial e a desmaterialização e simplificação do processo, com base na utilização de uma plataforma eletrónica.</p> <p>Todo o procedimento do SIREVE é gerido pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P..</p>
<p><i>Mobilidade elétrica</i> Conselho de Ministros de 6 de junho</p>	<p>O Governo aprovou um diploma com alterações ao regime jurídico da mobilidade elétrica, que se enquadra no pacote legislativo de transposição da diretiva comunitária relativa aos serviços no mercado interno.</p> <p>Com a aprovação deste regime, são eliminadas as exigências de forma jurídica especial para os operadores de pontos de carregamento e para os comercializadores de eletricidade para a mobilidade elétrica e são adotados regimes de deferimento tácito na atribuição das respetivas licenças.</p>
<p><i>Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)</i> Conselho de Ministros de 14 de junho</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que cria o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o qual tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) até 31 de março de 2012.</p> <p>O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.</p> <p>O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1 000 000 000 €.</p>
<p><i>Gestão do Consumo de Energia para o Sector dos Transportes.</i> Conselho de Ministros de 28 de junho</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, no âmbito do sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCI) e em aplicação do Regulamento da Gestão do Consumo de Energia para o Sector dos Transportes.</p> <p>Este diploma visa facilitar o acesso e o exercício das mencionadas atividade.</p>
<p><i>Produção e utilização da biomassa</i> Conselho de Ministros de 28 de junho</p>	<p>O Governo aprovou alterações no diploma que regula a produção e o aproveitamento da biomassa com objetivo de promover o sector e assegurar o abastecimento das centrais dedicadas de biomassa florestal.</p> <p>Considerando a importância assumida pela produção e o aproveitamento de biomassa no quadro das políticas de valorização dos recursos florestais, de desenvolvimento económico sustentável e de aposta nas energias renováveis, as alterações agora aprovadas visam alargar os prazos fixados para o acesso aos incentivos para a construção e exploração das centrais dedicadas a biomassa florestal.</p>

## 2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Plano Estratégico dos Transportes</i> Despacho n.º 7575/2012. D.R. n.º 107, Série II de 2012-06-01</p>	<p>Plano Estratégico dos Transportes (PET) - implementação de soluções inovadoras, que permitam responder às necessidades de mobilidade de procuras e territórios específicos, através de serviços de transporte público flexível.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural</i></p> <p>Portaria n.º 181/2012. D.R. n.º 111, Série I de 2012-06-08</p>	<p>Aprova o Regulamento de Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural e revoga a Portaria n.º 1025/98, de 12 de dezembro.</p>
<p><i>Programa «Impulso Jovem»</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012. D.R. n.º 114, Suplemento, Série I de 2012-06-14</p>	<p>Aprova o Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas - «Impulso Jovem».</p>
<p><i>Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública,</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 117-A/2012. D.R. n.º 114, Suplemento, Série I de 2012-06-14</p>	<p>Aprova a orgânica da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), e extingue a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E. P. E. (GeRAP), e a Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP).</p>
<p><i>Taxa de segurança alimentar mais</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 119/2012. D.R. n.º 115, Série I de 2012-06-15</p>	<p>Cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a taxa de segurança alimentar mais.</p>
<p><i>Indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012. D.R. n.º 118, Série I de 2012-06-20</p>	<p>Aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público, nomeadamente, empresas de transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e fluviais e aéreo dos setores público, privado ou municipais, que celebraram contratos com o Estado neste âmbito.</p>
<p><i>Regime especial para institutos públicos</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 123/2012. D.R. n.º 118, Série I de 2012-06-20</p>	<p>Confere a faculdade de adoção de regime especial pelos institutos públicos com atribuições no âmbito da gestão de apoios e de financiamentos suportados por fundos europeus e fixa as competências dos membros dos conselhos diretivos com funções não executivas, procedendo à alteração à Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.</p>
<p><i>Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 80-A/2012. D.R. n.º 117, Suplemento, Série I de 2012-06-19</p>	<p>Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território tem por competências, nomeadamente, acompanhar e apoiar a Assembleia da República no processo de reorganização administrativa territorial autárquica.</p>
<p><i>Linha de Apoio à Tesouraria – setor do turismo</i></p> <p>Portaria n.º 249/2012. D.R. n.º 118, Série II de 2012-06-20</p>	<p>Autorização ao Turismo de Portugal, I. P., para celebrar com as instituições de crédito um protocolo de colaboração que se traduz na criação da Linha de Apoio à Tesouraria, que visa proporcionar condições para o acesso mais facilitado por parte das empresas do setor do turismo à antecipação de recebimentos de que sejam credoras, titulados sobretudo em faturas que possuem.</p>
<p><i>Iniciativa JESSICA - Joint European Support for Sustainable Investment in City Áreas</i></p> <p>Portaria n.º 250/2012. D.R. n.º 118, Série II de 2012-06-20</p>	<p>Autoriza o Turismo de Portugal, I. P., a assumir os encargos do contrato a celebrar com o Banco Europeu de Investimento no contexto da Iniciativa JESSICA - <i>Joint European Support for Sustainable Investment in City Áreas</i>.</p>
<p><i>Turismo do Portugal - novo portal</i></p> <p>Portaria n.º 252/2012. D.R. n.º 118, Série II de 2012-06-20</p>	<p>Autorização ao Turismo do Portugal, I. P., em assumir os encargos decorrentes do contrato de aquisição de serviços de construção e operação de um novo portal e do respetivo serviço de atendimento.</p>
<p><i>Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 127/2012. D.R. n.º 119, Série I de 2012-06-21</p>	<p>Contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista.</p>
<p><i>Mudança de comercializador de eletricidade</i></p> <p>Diretiva n.º 8/2012. D.R. n.º 119, Série II de 2012-06-21</p>	<p>Gestão dos processos de mudança de comercializador de eletricidade.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Contrato de investimento</i>  Despacho n.º 8393/2012. D.R. n.º 120, Série II de 2012-06-22</p>	<p>Aprova a minuta do aditamento ao contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar pelo Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a L'Air Liquide - Société Anonyme a Directeur et Conseil de Surveillance pour L'Étude et L'Exploitation des Procédés Georges Claude, a Air Liquide International, S. A., e a Sociedade Portuguesa do Arlíquido «Arlíquido», Lda., que passa a integrar o contrato outorgado em 6 de dezembro de 2007.</p>
<p><i>Pólos de distribuição de gás natural</i>  Aviso n.º 8435/2012. D.R. n.º 120, Série II de 2012-06-22</p>	<p>Abertura de período para apresentação de interesses na obtenção de licenças de distribuição de gás natural a vários pólos de consumo.</p>
<p><i>Código do Trabalho</i>  Lei n.º 23/2012. D.R. n.º 121, Série I de 2012-06-25</p>	<p>Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.</p>
<p><i>Reestruturação de empresa</i>  Despacho n.º 8576/2012. D.R. n.º 123, Série II de 2012-06-27</p>	<p>Determina-se considerar a Saint Gobain Glass Portugal, Vidro Plano, S. A., como uma empresa em reestruturação.</p>
<p><i>Extinção de linha de apoio – setor Turismo</i>  Despacho normativo n.º 14/2012. D.R. n.º 123, Série II de 2012-06-27</p>	<p>Extingue a linha de apoio ii do PIT - «Eventos para a projeção do destino Portugal».</p>
<p><i>Regulamento Tarifário - Gás Natural</i>  Regulamento n.º 237/2012. D.R. n.º 123, Série II de 2012-06-27</p>	<p>Alteração do Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural.</p>



## **Abreviaturas Utilizadas**



